

SESSÕES DO PLENÁRIO

59ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de junho de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão, apesar de ter apenas o deputado Carlos Geilson; eu, vice-presidente em exercício da presidência e a deputada Fátima Nunes, mas o expediente tem que ser lido.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen comunicando que, devido a compromisso assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 13/05/2015.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 19, 20 e 21/05/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há sobre a mesa um requerimento.

(Lê) *“Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 20.195/2015 e o Projeto de Lei nº 20.196/2015, todos de autoria do Poder Executivo.”*

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente deputado Adolfo Menezes, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, quero nesses poucos minutos, no início da sessão, registrar o pesar pelo falecimento do vice-prefeito da cidade de Coronel João Sá, um amigo, correligionário do presidente desta Casa, um cidadão que fará falta a todos os munícipes, ex-prefeito e atualmente vice-prefeito, o Sr. Adelmo de Justino como era conhecido por todos os populares. A vida é assim, chega um dia Deus chama, vai para o lugar que Deus permitiu e quero prestar aqui as minhas condolências a toda a família.

Quero registrar também a alegria do município de Canudos que nesses dias realiza a sua trezena de Santo Antônio, festa popular. Nesse registro quero deixar aqui os meus parabéns ao prefeito municipal, Jéu, jovem combativo, batalhador, ao sindicato dos trabalhadores rurais que organizou no dia 07 a sua noite patrocinada pelo sindicato. E a oportunidade com os seus sócios de confraternizar, de celebrar as lutas e as conquistas que o sindicato dos trabalhadores, dirigidos hoje pelo jovem Laércio, mas que segue os seus trabalhos a partir da gestão do ex-presidente e hoje vereador Osmar, um sindicalista autônomo, autêntico, lutador e conquistador de muitos benefícios para aquelas comunidades.

Canudos é na história baiana uma referência da luta pela liberdade com Antônio Conselheiro, pode hoje celebrar relembrando aqueles companheiros lutadores, também celebrar as conquistas que hoje é um tempo bastante oportuno para todos que vivem naquela cidade de Canudos. As construções das BR 116 e da BR 235 permitiram que a cidade de Canudos que foi arrasada, destruída, mas que depois ao longo dos anos teve a oportunidade de ver as águas do Açude de Cocorobó banhando os seus rios e o rio Vaza Barris, hoje essa cidade pode viver uma oportunidade de progresso.

Além da BR 235, também as obras do programa Água para Todos, onde a Embasa teve o reforço com a construção de um poço artesiano feito pela CPRN, que naturalmente possibilitou uma oferta de água para todos que moram na cidade. No interior, com o programa de um milhão de cisternas, hoje quase todas as residências das comunidades rurais têm a sua cisterna ao lado da casa. E agora, neste período em que o nosso bom Deus nos concedeu boas chuvas, nós vimos domingo, na noite da novena dos agricultores, a alegria de todos afirmarem entre eles: “A nossa cisterna agora nos garante água pelo menos para os oito meses que, às vezes, fica sem

chover.”

Além das cisternas de consumo humano, como chamamos, também se encontra no segundo programa que é desenvolvido pelo IRPAA- em convênio com o governo do Estado, através da CAR e das Secretarias de Desenvolvimento Rural e dos Direitos Humanos, a qual antes era a Sedes - a construção de cisternas com a capacidade para armazenar 52 mil litros, barreiros, barreiros-trincheiras. Tudo isso para acumular água da chuva e permitir que os agricultores e as famílias que moram no município de Canudos tenham água para o consumo humano, água para beber, mas também água para o criatório, assim desenvolvendo a caatinga e possibilitando que aqueles homens e aquelas mulheres continuem vivendo no sertão.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vejo aqui no início desta sessão, no semblante de cada deputado governista, a alegria e a satisfação. O que teria acontecido e o que está acontecendo para a alegria desses deputados governistas? O que teria feito ou o que está fazendo o governador Rui Costa para atendê-los? Olho para a cadeira de presidente e vejo muito bem refestelado o nobre deputado Adolfo Menezes, com semblante de felicidade.

O que é que deputado de governo fica feliz quando tem contato com a esfera superior? É a distribuição de cargos, é a contemplação, é a satisfação, é a alegria por ver atendidos os seus pedidos, os seus pleitos. Meu querido Gika, como está feliz! Mas Gika é diferente de adesista porque ele é petista. Esse, com certeza, está muito bem contemplado no governo! Cargos em abundância, obras em profusão! Que alegria, que satisfação!

Mas satisfação mesmo é poder relatar o governo do prefeito ACM Neto! Ontem, aqui, o nobre deputado Rosemberg Pinto falou de canteiros de obras em Salvador. Que bom que ele está presente, pois não gosto de falar na ausência. Fez daqui um contorcionismo para elencar que o governo federal transforma a Bahia, especialmente a nossa capital, num canteiro de obras. E olha que não estou usando lupa para ver essas obras.

Agora quero ressaltar o governo do prefeito ACM Neto. Este realmente, de fato, transforma a vida de Salvador, a vida da população desta cidade. Ontem mesmo ele lançou o Salvador Bairro a Bairro, um programa ousado que tem como meta realizar cerca de 1.000 obras em 163 bairros da capital, isso até dezembro de 2016. Para este investimento, o prefeito, de forma corajosa e austero como é, fez a Prefeitura ter recursos próprios para investir. Assim, serão investidos na nossa Salvador 200 milhões de reais em obras, desde a infraestrutura, a saúde, a educação e o social, para alegria da deputada Luiza Maia.

Ele realizou também o Programa Ouvindo Nosso Bairro. O governo foi até a população dos diversos bairros e lá percebeu que a principal queixa refere-se à segurança pública. Esse relatório será encaminhado ao Sr. Governador do Estado, o ex-deputado Rui Costa.

Também o prefeito vai ao bairro instalando o gabinete nas 10 Prefeituras-Bairro, uma vez por mês, para estar cara a cara com a população desta cidade pra ouvir, sentir as dificuldades de cada morador.

Portanto, é este governo sério e austero que faço questão de ressaltar. E me orgulho muito de a minha capital, minha querida Salvador, hoje administrada pelo prefeito ACM Neto, ser um modelo de administração a ser seguido por qualquer gestor compromissado com a sua cidade, compromissado com o Erário, minha...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) cara amiga deputada Luiza Maia, que deve estar morrendo de inveja. Tem um personagem que diz “Morra!” Morra de inveja porque ACM Neto é modelo de administração para todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Para falar pelo tempo de 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje quero dar a minha opinião sobre a questão da redução da idade penal. Esse debate tem sido torto, troncho, induzindo a sociedade a dizer que apoia essa alteração. Precisamos - digo sempre que esta Casa não pode se omitir dessa discussão - ter maior clareza de como devemos tratar o assunto.

Os dados estatísticos que são hoje divulgados pela grande mídia - a qual induz a população a achar que 80% ou mais do povo brasileiro querem a redução da maioridade penal – precisam ser arrumados, ajeitados, porque da forma como isso está sendo feito será pior para o nosso Brasil. Temos conhecimento de que, para se fazer essa discussão, eles não são claros. Ninguém os tem sistematizados, e fica uma parte da grande mídia mostrando de maneira exagerada um crime praticado por um jovem como se isso tivesse um percentual mais alto do que na realidade tem. Então, quero pedir aos meus pares que vejamos como fazer esse debate.

No dia 12 de junho, às 16h30min, faremos um ato contra a redução da maioridade penal no Largo da Dinha, no Rio Vermelho. Quero contar com a participação do povo. Acho que tem de ser uma discussão suprapartidária. Desse debate não podemos nos omitir nem ajudar a jogar nossos jovens com 16 anos nessas penitenciárias e sistemas carcerários que existem hoje no nosso Brasil. Sabemos dos muitos e muitos problemas dessas prisões, mas não foram criados por nós.

Portanto, faço esse apelo. Acho que nós não podemos omitir. Tenho ouvido várias falas sobre a situação da nossa juventude hoje. Os países que tentaram fazer essa redução voltaram atrás. Precisamos aprofundar essa discussão com especialistas,

estudiosos e pesquisadores, que têm realmente condição de nos ajudar nesses debates.

Quero também, Sr. Presidente, fazer uma referência ao projeto que apresentei aqui, em maio de 2012, sobre esta questão de reservar 70% do Orçamento do Estado para os eventos, principalmente os eventos de época. Agora ele é reforçado por uma solicitação dos forrozeiros da Bahia, que estiveram nesta Casa para falar com o presidente Marcelo Nilo, o Líder do governo e o da Oposição pedindo a aprovação desse PL.

Quero deixar registrado que a polêmica está correndo em todos os lugares. Discutimos com a nossa Bancada hoje também. Peço aos companheiros que têm ressalvas a determinadas colocações e expressões para acharmos um consenso e que eles nos ajudem.

Acho que precisamos proteger uma tradição do nosso Estado, que é o forró. Não tenho nada contra ninguém de outros Estados nem de outros gêneros musicais, mas creio que este período na Bahia é muito rico. E não podemos deixar outros gêneros virem para cá levar o dinheiro todo do Estado, deixando os nossos forrozeiros, como eles mesmos dizem, com cachê de 20 mil, 30 mil reais, quando conseguem.

Quero pedir não só à minha Bancada como aos meus pares para discutirmos. Apresentei uma lei semelhante - apresentada também em 2012 lá em Pernambuco - que pode nos ajudar nas adequações necessárias. Não podemos deixar a coisa como está.

Espero que os Líderes Sandro Régis e Zé Neto e o presidente da Casa, que receberam tão bem os forrozeiros que vieram solicitar o nosso apoio, nos ajudem. Obviamente não tenho nenhum problema. O meu projeto estava apresentado desde 2012. Podemos incorporar, relatar, fazer um projeto só.

Não podemos deixar outros gêneros musicais chegarem aqui e levarem os milhões do nosso Estado, deixando os nossos tradicionais forrozeiros na situação de penúria em que vivem, relatada tão bem por eles próprios nessas reuniões que tivemos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa, venho a esta tribuna falar especificamente sobre a BA-381, estrada estadual que liga o município de Filadélfia ao de Itiúba.

Hoje, pela manhã, houve uma manifestação com populares justamente nas proximidades de Itiúba, com queima de pneus e a participação de muitos habitantes desses dois municípios protestando contra a situação daquela rodovia.

Ela é muito importante para a Bahia, pois liga o Nordeste e o Norte do nosso Estado. Toda a população que vem da Estrada do Sisal, de Serrinha, Retirolândia, Valente, Santa Luz, Cansanção, Monte Santo e Euclides da Cunha, em direção a

Senhor do Bonfim e Juazeiro, necessariamente passa pela BA-381. E quem por ali transita se depara não só com a enormidade e a quantidade de buracos, como também com a baderna que está a estrada.

Na beira da BA-381 existe um monumento, o frigorífico, cuja construção foi iniciada e nunca terminada. Ele atualmente é o monumento da incompetência e do descaso da administração pública para com a população daquela região.

A obra iniciou-se, houve os repasses do governo federal, foi feita a licitação e a empresa se instalou. Logo após o fim da eleição municipal de 2012, a obra parou. Não existe mais nada. Existe o monstro de tijolo e pedra largado ao léu na beira da BA-381. Não é apenas o asfalto que está largado, mas também aquele frigorífico, que realmente seria a redenção da vigilância sanitária e da preocupação com a saúde daquela população que foi esquecida.

Existe uma ação impetrada perante o Ministério Público Federal em que os órgãos competentes já foram citados para explicar o que foi feito com o dinheiro repassado, pois a obra está lá abandonada. Agora, para acompanhá-la, está também abandonada a própria BA-381, que liga Filadélfia a Senhor do Bonfim, mas não se restringe a essas duas cidades. Como falei no início do pronunciamento, são duas das regiões mais pobres do nosso Estado. Elas precisam ter a sua produção escoada, e a população regional tem de ter o direito de ir e vir respeitado.

O governo do PT, que já vai para o terceiro mandato neste 2015, se regozija e tem como glória as estradas do Estado da Bahia. E um lugar onde o governador Rui Costa e a presidente Dilma ganharam com larga vantagem, a região da BA-381, está daquele jeito! É desse jeito que os governos petistas agem com as pessoas que os elegeram! Dr. Luciano, Dilma esteve nos municípios de Filadélfia, Itiúba e em toda aquela região Norte/Nordeste da Bahia. Foi a sua maior vantagem eleitoral. Rui Costa, da mesma forma. Mas é desse jeito que eles tratam aquela população!

Vim à tribuna pedir encarecidamente pelo povo daquela região, que não sabe nem a quem pedir. Eles acabaram com o Derba, e ninguém sabe quem fará a manutenção das estradas da Bahia.

Esta é a realidade, Sr. Presidente, que trago aqui: a BA-381 largada e cheia de buracos, o povo revoltado, e ao lado da estrada um frigorífico também largado por esse serviço público do Estado da Bahia que é do PT!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Tavares):- Antes de convidar o próximo orador, convido o deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana e membro da Mesa Diretora, para assumir a presidência.

Enquanto ele chega, com a palavra a nobre deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Deputado Pedro Tavares, que ocupa a presidência desta sessão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} Taquígrafas, Srs. da

Imprensa e os que nos acompanham pela *TV Assembleia*, venho a esta tribuna inicialmente fazer um convite aos Srs. Parlamentares desta Casa. Na próxima quinta-feira, às 09h30min., este Legislativo entregará in memoriam a Comenda Dois de Julho - a maior homenagem que ele pode oferecer - a alguém que dedicou toda a sua vida ao trabalho pela construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Eu falo do ex-vereador de Salvador, ex-deputado federal, ex-secretário do Planejamento do governo da Bahia e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, o saudoso arquiteto Zezéu Ribeiro.

Nesta Assembleia, os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas aprovaram a concessão dessa medalha no momento em que ele estava entre nós. Infelizmente, tivemos de ver a sua partida. Na próxima quinta-feira estaremos entregando essa medalha, em memória, à sua família, à sua esposa, aos seus filhos que aqui estarão juntamente com outras figuras do cenário político nacional, fazendo essa última homenagem a esse que dedicou a sua vida como vereador nesta cidade, depois como deputado federal, a debater as cidades, a trabalhar na perspectiva da reforma urbana.

Foi um dos que esteve organizando e se mobilizando no sentido da aprovação do estatuto das cidades, que dormia em berço esplêndido por mais de 12 anos no Congresso Nacional. Trabalhou fortemente para criar o Estatuto da Metrópole, trabalhou fortemente para criar a legislação que aprova a assistência técnica gratuita na área da engenharia e arquitetura e trabalhou também fortemente para recriação da Sudene; foi ele o relator do projeto de lei que recriou a Sudene e foi coordenador da bancada do Nordeste. Portanto, alguém que merece de fato os nossos aplausos e o nosso compromisso pela sua história de vida, pela sua dedicação, pelo seu esforço.

Gostaria também, Sr. Presidente, respondendo ao deputado Adolfo Viana que hoje, pela manhã, na reunião da Comissão de Saúde, fez um pronunciamento sobre o Hospital Regional de Juazeiro, de dizer que a Secretaria de Saúde faz a observação de que a empresa que anteriormente administrava o hospital abriu mão, renunciou antes da conclusão do contrato para não mais continuar.

A Secretaria de Saúde convidou, através de uma carta convite, uma nova empresa. Tem um servidor da Secretaria de Saúde disponibilizado pela Sesab para acompanhar de perto essa ação desses seis meses, enquanto se faz uma nova licitação, a qual já está sendo encaminhada para publicação e realização de nova licitação. A secretaria coloca hoje que todos os servidores estão contratados, todos os fornecedores estão também contratados, garantindo, portanto, o funcionamento adequado.

Entendi a preocupação de V.Ex^a, falamos com o secretário Flávio Vilas Boas que nos deu as informações adequadas, inclusive sobre o Hospital Roberto Santos, onde não houve suspensão. Houve um problema na entrega do soro, mas já estão todos em funcionamento sem maiores problemas.

É importante respondermos a essas necessidades.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Adolfo

Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, subo à tribuna na tarde desta terça-feira e já começo agradecendo à deputada Maria del Carmen pela atenção dada aos meus questionamentos, às minhas dúvidas diante da atual empresa contemplada com uma carta convite por parte do governo do Estado para gerir o Hospital Regional de Juazeiro.

Hoje pela manhã fui à Comissão de Saúde e chamei a atenção para o problema do Hospital Roberto Santos, já que existiam queixas por parte da população e dos seus funcionários, deputada Maria del Carmen, que alegavam estar faltando soro para o bom andamento do hospital, inclusive para cirurgias marcadas para o dia de hoje.

Eu quero dizer que o secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas Boas, através da deputada Maria del Carmem, já manda uma resposta para esta Assembleia. Agradeço, deputada, pela deferência. Mas acho que o secretário Vilas Boas tem de fazer um planejamento mais organizado para não haver a falta de soro no âmbito da saúde. Eventualmente, esse tipo de problema pode acontecer. Mas se tivermos um planejamento mais bem-feito, a população não correrá o risco de ter uma cirurgia, por exemplo, cancelada.

De qualquer maneira, agradeço a atenção de V.Ex^a, deputada Maria del Carmen, como também agradeço a atenção do secretário.

Quero dizer que a minha preocupação com o Hospital Regional de Juazeiro é justamente porque a empresa vencedora da carta-convite não tem experiência em gestão hospitalar do porte do Hospital Regional de Juazeiro. Em momento algum, eu questioneei a capacidade de a empresa de gerir o hospital. Os meus questionamentos são, justamente, no sentido de competência em gerir hospitais.

Vejam, esta empresa já fez a gestão de hospitais menores como, por exemplo, nos hospitais de Cruz das Almas e de Itaberaba. E, lá, deputada Maria del Carmem, no hospital de Cruz das Almas, os serviços foram suspensos por falta de pagamento aos funcionários. Em Itaberaba, foi realizada uma audiência pública para tratar da condução dos trabalhos desta mesma empresa.

Qual é a minha preocupação? A minha preocupação é a de que o Hospital Regional de Juazeiro trabalha atendendo mais de 50 cidades do Médio São Francisco. E, no momento em que a empresa parar o seu funcionamento, nós poderemos estar colocando em risco a saúde pública de mais de 50 cidades.

Espero, de fato, que esta empresa venha a fazer um bom papel na gestão do Hospital Regional de Juazeiro. E acho que o meu papel de parlamentar e o meu papel de deputado, bem votado na região do Vale do São Francisco, são o de, justamente, fiscalizar para que a população não corra o risco de ser surpreendida com a suspensão dos serviços do Hospital Regional de Juazeiro.

Não costumo fazer a política do quanto pior melhor. Se fizesse esse tipo de política, deputado Herzem, ficaria aguardando o momento em que os problemas acontecessem para eu vir à tribuna me manifestar.

Estou fazendo justamente o contrário, pois quero garantir que a população do

Médio São Francisco seja atendida, pois esta mesma população precisa dos serviços do Hospital Regional de Juazeiro. Assim, todos terão condições de serem atendidos em suas necessidades.

O IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira – fazia uma boa gestão no Hospital Regional de Juazeiro e pediu reajuste. O governo entendeu o reajuste pedido como indevido. Parece-me, não tenho a confirmação desses dados ainda, que o novo contrato firmado com a nova empresa reajusta, justamente, o valor que o IMIP pedia.

Então, quero desejar boa sorte à nova empresa e, ao mesmo tempo, desejar sucesso na gestão do Hospital Regional de Juazeiro.

Mas quero dizer a eles, também, que o deputado Adolfo Viana estará vigilante por todo o tempo, pois solicitarei à Comissão de Saúde e Saneamento desta Casa cumprir o seu papel, qual seja, justamente fiscalizar o bom andamento dos hospitais no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado.

Com a palavra o nobre companheiro Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, colegas da imprensa, pessoas que prestigiam esta sessão nas Galerias Paulo Jackson, gostaria de registrar o falecimento, aos 78 anos de idade, ontem, na cidade de Vitória da Conquista, de Ney Ferreira, ex-vereador histórico.

Existiam, na Bahia, duas pessoas com o nome Ney Ferreira.

Um deles, Ney Ferreira, foi deputado federal.

O outro Ney Ferreira foi vereador na cidade de Vitória da Conquista, pois deu uma contribuição histórica através do MDB na década de 1960, em plena ditadura militar, e através do PMDB, na década de 1970. Ney Ferreira era uma figura folclórica.

Eu me lembro de que, em viagem, ao chegar ao Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, tive acesso a um livro de Sebastião Nery, pois ele foi adido cultural do Brasil na França e é jornalista. Este jornalista dedicou uma página para contar as histórias e as estórias de Ney Ferreira que faleceu e foi sepultado, ontem, na cidade de Vitória da Conquista.

Mas nós estamos observando que o governo da Bahia está em dificuldades enormes. Eu diria que o governo, ainda, não tomou posse ou não assumiu o comando do governo do Estado.

Lembro-me de que, na década de 1970, existiam, na Bahia, os Serins. Esses eram núcleos de governo nas cidades de, por exemplo, Itabuna, Conquista, Feira de Santana, Norte, Oeste, Recôncavo, etc. Existiam os Serins. Esta era uma maneira de

os prefeitos buscarem a participação do governo e era uma maneira de os ex-governadores descentralizarem as suas ações, a fim de enxergar melhor a Bahia por este ser um Estado gigante. Territorialmente, a Bahia é maior do que muitos países da Europa. Por exemplo, o nosso querido Estado da Bahia é do tamanho da França.

Seria interessante que o atual governo voltasse a enxergar a Bahia através da criação de núcleos, pois isso aproxima o governo da população.

Mas sabemos que há uma dificuldade enorme. Não há, na realidade, recursos. Não consegue o governo da Bahia deslanchar em função de uma crise que o PT criou e da qual ele, o PT, hoje, é vítima da situação de governos perdulários, pois não tiveram critérios para a atualização dos recursos públicos e, ainda, faliram a Petrobras. Eu diria que a Petrobras irá se recuperar pela riqueza que possui e pela vontade do Brasil em caminhar.

Portanto, no momento, não temos um governo presente nem no interior nem na capital. Este é um governo tímido. Tentam fazer pirotecnia com o nosso metrô de superfície que, ressalte-se, é o menor do mundo.

Por isso, entendemos a importância de os deputados darem atenção às audiências públicas, porque esta é uma forma de nós, deputados, estarmos em contato com a sociedade. Nós, deputados, saímos daqui. Estamos indo a este gigante Estado, chamado Bahia, ouvir a população e ouvir lideranças. Estamos trazendo essas demandas que são esquecidas no interior do Estado.

Em três meses, consegui aprovar 3 audiências públicas. Uma audiência pública foi aprovada hoje por unanimidade. A audiência pública acontecerá aqui para debatermos a possibilidade de implantação do curso de odontologia em Vitória da Conquista e do curso de medicina veterinária em Itapetinga. Aprovamos.

Foi realizada, no mês de abril, uma audiência pública.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Ainda faltam 20 segundos, Sr. Presidente. O cronômetro está em contagem regressiva.

No mês de abril, próximo passado, aprovamos a realização de uma audiência pública sobre segurança pública em Vitória da Conquista. E já temos, também, uma audiência pública marcada com o tema da saúde para 21 de agosto de 2015 em Vitória da Conquista.

São importantes essas audiências públicas. Haveremos de trazer, para o governo do Estado, os problemas do interior. Assim, estaremos ajudando o próprio governo a enxergar os inúmeros problemas deste gigante Estado da Bahia.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Herzem Gusmão.

Com a palavra o nobre companheiro e deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, aqueles que nos assistem e aqueles que nos ouvem, subo a esta tribuna para tratar, mais uma vez, de uma iniciativa que considero emblemática para esta Casa Legislativa do Estado da Bahia.

Trata-se do projeto de resolução do Parlamento Verde. Esta denominação foi dada por nós. E, junto com a Comissão de Meio Ambiente, fomos tratar desta iniciativa com a Presidência da Casa e com a Presidência da Mesa. Este é um projeto, cujo apelo, pelo exemplo, é no sentido de continuar merecendo o apoio integral de todos os componentes desta Casa Legislativa do Estado da Bahia.

Este projeto de resolução trata de encaminhar iniciativas importantíssimas para a sustentabilidade na administração desta Casa. Eu falo da utilização de práticas sustentáveis que poderão resultar em uma diminuição significativa das despesas administrativas desta Casa além do exemplo em nível de sustentabilidade ao promover, de verdade, iniciativas de reciclagem de material.

Tal projeto inclui a compostagem; a criação de um viveiro para a produção de essências florestais da mata atlântica, aqui, nas cercanias da área física onde está instalada a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; o reuso da água; a utilização de energia solar, energia fotovoltaica; a utilização de combustíveis biodegradáveis; o encaminhamento da utilização da iluminação natural e uma série de equipamentos dentro das instalações. Isso visa a preservar e a conferir racionalidade ao uso da água.

São iniciativas como a implantação da Semana do Meio Ambiente com um conjunto de discussões e seminários com o objetivo de trazer a academia para dentro desta Casa. Há, também, a intenção de instituir a Medalha de Chico Mendes em nível estadual.

Também, há de se iniciar as tratativas com a academia, em âmbitos federal e estadual, para que, por exemplo, os professores da Escola de Arquitetura e da Escola Politécnica possam trazer seus alunos, que já tenham atravessado as matérias profissionalizantes, para tomar iniciativas que sirvam de exemplo não só para a Bahia, mas para todas as Casas Legislativas deste País.

O início será fazer o levantamento de quanto se gasta, hoje, com as contas da água e de luz; quanto se desperdiça de material reciclável verdadeiramente, etc.

Nós temos uma oportunidade única de, com essas práticas, induzir, pelo exemplo, a Casa das Leis, no Estado da Bahia, pois a mesma abriga, em boa parte do seu território, os remanescentes da própria mata atlântica que está sucumbindo ante a senha consumista que tem caracterizado a contemporaneidade dos nossos dias.

Portanto esta é uma iniciativa vigorosa e contou com o apoio da integralidade do conjunto dos deputados desta Casa.

Este é um projeto de resolução denominado Parlamento Verde que estará em vias de ser implantado a partir de etapas ao demonstrar os ganhos, não só do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista de uma iniciativa que, realmente, demonstre a

preocupação do conjunto dos deputados em relação à sustentabilidade do nosso Estado da Bahia.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Augusto Castro pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente Sidelvan, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores da imprensa, todos os presentes nesta tarde terça-feira, venho à tribuna desta Casa para relatar um assunto de fundamental importância para todos os 417 municípios que compõem o território deste Estado da Bahia.

Como deputado estadual, faço parte da Bancada de Oposição, liderada pelo deputado Sandro Régis, com a composição de diversos partidos como PSDB, Democratas, PMDB, PV, PSC, PRB.

Então, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, venho, com muita tranquilidade, à tribuna desta Casa, primeiro, para chamar a atenção do governo do Estado da Bahia e da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – deputado Hildécio, que é fazendário – de uma situação que preocupa todos os municípios deste Estado.

Trata-se da queda da arrecadação que está acontecendo em função da crise econômica que abala o País e abala todos os Estados da Federação. Os municípios baianos e os municípios brasileiros dependem, basicamente, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que são as grandes receitas das pequenas, médias e grandes cidades.

O governo do Estado da Bahia, na pessoa do Dr. Manoel Vitório, secretário da Fazenda do Estado da Bahia, esteve presente à Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa para trazer o balanço financeiro do Estado. Naquele momento, uma coisa me chamou a atenção. Por isso, fui pesquisar, com alguns amigos e alguns tributaristas, acerca da política de incentivo fiscal por parte do governo do Estado da Bahia.

O jornal *A Tarde*, de 03 de junho de 2015, veio com a seguinte matéria em destaque: “Estado mudará política de incentivos fiscais dentro da estrutura estadual”.

O que me chama a atenção, deputado Rosemberg Pinto – gostaria que o Líder do governo, deputado Zé Neto, também estivesse aqui –, é a forma como o Estado tem praticado esses apoios e esses incentivos, pois são itens muito importantes para a economia e para o processo de industrialização do Estado da Bahia que precisa crescer. E o Estado tem de abrir mão, em determinado momento, para atrair investimentos com o intuito de proporcionar o crescimento da economia, a fim de gerar empregos e gerar riquezas para os baianos.

Há outra coisa que me chamou a atenção, deputado Luciano Simões, qual seja, trata-se da forma como o Estado vem aplicando e dando esses incentivos fiscais para as empresas e apoiando determinados segmentos. Claro, precisamos apoiar a política de incentivos fiscais, pois isso é muito importante para o Estado da Bahia. E o Estado tem feito isso.

Entretanto, precisamos de muito mais.

Devemos procurar descentralizar as ações do Polo de Camaçari, a fim de levar riquezas para a região do cacau que tanto contribuiu, durante 35 anos, para o Estado da Bahia na construção do Polo de Camaçari. A região contribuiu com a CEPLAC – Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira – instalada principalmente na Bahia, com a Universidade Estadual de Santa Cruz e com tantos outros benefícios.

Tudo isso que a Bahia recebeu, Sr. Presidente, foi fruto daquele momento da riqueza do cacau, pois gerava um grande aporte de ICMS para a arrecadação do Estado da Bahia.

O governador Lomanto Júnior, à época, cansou de dizer que aguardava o ICMS do cacau para complementar a folha do funcionalismo público do Estado da Bahia, deputado Leur Lomanto. E V.Ex^a aqui representa o sentimento dessa família.

Uma coisa, deputado Sandro Régis, que me chama a atenção e tem chamado a atenção de todos os municípios da Bahia, deputado Alan Sanches, é a perda de receita das pequenas, médias e grandes cidades.

O Estado pratica uma política de incentivo fiscal que tem tirado dos municípios o bolo, de 100% - trago a esta Casa essas informações que estão aqui – de incentivos fiscais que o Estado concede a empresas, apoio para incentivar a economia do Estado, não tira os 25% da parte cota do ICMS dos municípios. Taxa o incentivo fiscal em 100%. Isso não pode acontecer.

Hoje, a Secretaria de Estado da Fazenda, deputado Pablo, recebeu mais de 50 ações judiciais, algumas ações o Estado perdeu. Trago aqui, deputado Bira Corôa, a esta Casa essa informação, existem mais de 50 ações judiciais no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia indo a julgamento no Tribunal Pleno. O Estado perdeu mais de seis ações, está tentando recorrer via Procuradoria-Geral do Estado, mas está fazendo festa com esse incentivo fiscal com o chapéu alheio. Os municípios não podem pagar essa conta sozinhos.

É muito importante, e aqui a Assembleia Legislativa aprovou e aprova esse projeto, quando o Executivo manda incentivar e dar isenções fiscais para poder atrair indústria para o Estado. Mas a preocupação que está acontecendo com todos os municípios da Bahia é que o incentivo fiscal, deputado Zé Neto, que o governo do Estado manda, o governo tira 100% do bolo tributário, e isso representa muito para quem tem muito pouco e representa pouco para quem tem muito.

Mas a Bahia perde, porque os municípios deixam de arrecadar ICMS. São quatro cotas de ICMS durante o mês, a quarta ou quinta cota que entra, toda terça-feira é creditado o ICMS na conta dos municípios. E os municípios da Bahia estão perdendo muito com esse programa de incentivo fiscal.

É por isso que o Estado já está mudando essa política, deputado Hildécio, colocou aqui, porque existe uma preocupação muito grande dessas ações judiciais. Os municípios estão requerendo o retroativo, estão querendo a partir de agora que tirem da parte cota dos 25%, porque é muito importante essa receita para os municípios do Estado da Bahia.

Então, é uma preocupação que trago a esta Casa, à Bancada de Oposição, à Bancada de Governo, essa crise econômica, o governo federal também tem praticado essa política, quando deu incentivo na linha branca, na redução, pegou em cheio o Fundo de Participação dos Municípios, e isso gerou a crise sem precedentes nos municípios que têm que arcar com folha de pessoal no limite da lei de responsabilidade fiscal, que é 54% para os encargos. Tem que admitir e tem que cumprir os 15% da saúde e os 25% constitucional que é da educação.

Não sobra quase nada, deputado Herzem Gusmão, para investimento, porque a estrutura dos municípios é muito grande e a arrecadação, o bolo tributário fica com a União que tem mais de 75% e, por lei, os Estados brasileiros recebem 75% de tudo aquilo que arrecada.

E o governo da Bahia, mesmo num momento de crise, deputado Carlos Geilson, no primeiro semestre, encerrando agora em junho, conseguiu crescer a arrecadação do ICMS, mas os municípios estão perdendo. Consultei vários auditores da Fazenda, consultei, inclusive, o superintendente da Sefaz, preocupado, deputado Sandro Régis, com essa situação. Estão tentando ver de que forma conseguem ajeitar essa situação para o Estado não perder essas demandas judiciais e os município requererem o retroativo.

Portanto, chamo a atenção desta Casa, da Mesa Diretora, da Bancada de Oposição, da Bancada do governo. Não queremos politizar. Queremos, sim, que o Estado faça justiça. O incentivo fiscal é muito importante para o crescimento econômico do Estado, mas que o governo da Bahia tire na quota de 75% que pertence ao ente do Estado.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Com o aparte o Líder Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Augusto Castro, quero aqui parabenizar V.Ex^a que faz um discurso muito ponderado mas que reflete a realidade por que passamos. A nossa região cacaujeira, que vem sofrendo com a crise do cacau, que já foi o grande propulsor da economia do nosso Estado, também sofre agora com a questão dos repasses estaduais e federais.

Vivemos uma crise profunda de desemprego, de violência, na saúde pública, e o governo federal bem como o estadual não mostram uma “vírgula” de sensibilidade em relação a isso. Fiz aqui, deputado Augusto Castro, um levantamento do que já se aumentou, desde a reeleição da presidente Dilma e do governador Rui Costa: a energia teve uma média de reajuste de quase 7% ou seja, 6,9, e, em abril, 13,34%; a água, quase 10%, ou seja, 9,97; as taxas do Detran, variando todas, aumentaram quase 242%. E V.Ex^a relata um empobrecimento do município e, em consequência, um empobrecimento das pessoas.

Nós não vemos, no governo do Estado, nenhum tipo de ação ou federal ou estadual que venha conter essa crise. Ao invés de gerar desemprego, deveria gerar emprego e desenvolvimento. O que vemos, deputado Augusto Castro, é uma forma elevada de aumento de taxas e impostos que estão cada vez mais empobrecendo o povo baiano e o povo brasileiro.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Muito obrigado, Líder deputado Sandro Régis. Coloco também a preocupação com muitas empresas que procuram os Estados para instalarem seus parques industriais, criarem alternativas de economia... Qualquer Estado brasileiro, claro, tem interesse em crescer sua economia. O grande problema é que as empresas recebem incentivos fiscais, passam dois, três anos e vão embora. Eu acho que tem que ter um critério, por parte do governo da Bahia, e já vejo uma sinalização, aqui na publicação do jornal *A Tarde*, da Secretaria da Fazenda em mudar, deputado Carlos Geilson, a política de incentivo fiscal. Mas vejo uma preocupação ainda maior da Sefaz, deputado Hildécio, V.Ex^a que é auditor fiscal concursado dessa secretaria tão importante do Estado, com a quantidade de ações judiciais que o Estado está recebendo. E não tem outra forma, senão a de discutir com os municípios e não compor...

Então, chamo atenção desta Casa. É uma preocupação de 417 municípios do Estado. Alguns prefeitos não querem nem entrar com ações judiciais, porque politicamente são ligados ao governo do Estado. Mas isso é perda de receita para os municípios. O governo federal fez isso em ações judiciais, mas no Estado da Bahia essa política de incentivo é muito importante, mas que o Estado pegue na quota do ICMS 75%, não retire os 100%, o total, deixe a parte do município porque este arrecada muito pouco e o pouco que arrecada é para manter os serviços básicos e essenciais.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Com o aparte o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Quero parabenizá-lo pelo oportuno pronunciamento, por trazer a esta Casa um tema tão importante para os municípios da Bahia e, portanto, para a população baiana. O Estado, quando implementa a sua política de incentivos fiscais, tem como objetivo principal atrair investimentos para criar empregos e renda para a população baiana. Por isso, ele se dispõe a perder receita. Mas o governo do Estado não pode meter a mão na receita dos municípios. Essa parcela do incentivo fiscal, que o Estado coloca no mercado tem que ser retirado dos 75% dele. Tem que ser retirado depois que o Estado deposita no fundo dos municípios os seus 25%. Ele só pode retirar do dele.

Estão certíssimos todos os prefeitos, todos os municípios que tenham entrado com ação na Justiça. Isso é uma situação grave. Quanto tempo mais o Estado demorar de reconhecer esse direito dos municípios, pior para o próprio Estado, para o próprio governo, porque o déficit um dia vai aparecer na conta corrente do ICMS do Estado.

Portanto, parabenizo V.Ex^a por trazer esse tema tão importante para a Bahia, para a população baiana, à discussão nesta Casa. Meus parabéns, e queria inserir em seu pronunciamento este nosso aparte. Muito obrigado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço ao nobre colega de Bancada da Oposição, competente profissional fazendário, deputado Hildécio Meireles, que conhece essa realidade. Os municípios não poderão pagar essa conta sozinhos.

Passo a palavra ao caro deputado e amigo Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Caro deputado Augusto Castro, esse é um tema que, além de instigante, deveria povoar a preocupação de todos os políticos em todos os níveis: municipal, estadual e federal. Nas discussões municipalistas, esses e outros temas específicos, são sempre debatidos. Mas, talvez devido às condições financeiras dos municípios, falta um assessoramento maior, uma ação mais efetiva no sentido de que esse ente federado – que é quem de fato produz as políticas públicas idealizadas pelos governos federal e estadual – seja, de fato, respeitado.

Na questão específica do ICMS, se já não bastasse a discussão sobre o que aqui se fala quanto à isenção apenas sobre a parte que caberia ao Estado, ainda assim, meu caro Hildécio, estaríamos, estamos... Quem foi prefeito como nós, sabe que a apuração própria do ICMS, para dividir o bolo tributário com os municípios, constitui uma verdadeira caixa-preta a que nós, municipalistas, os municípios, não temos acesso sequer para poder...

Tive a experiência, como prefeito, de colocar uma auditoria, e vi o ICMS, que era muito pequeno em meu município, aumentar um pouco, porque os cálculos estavam sendo errados. Então, além dessa questão de a isenção atingir os municípios – ônus que deveria ser do Estado –, é preciso que o cálculo ICMS para direcionar a parte que cabe a cada município seja aberto e tenha na sua gestão as representações municipais.

Por isso, parablenizo-o pelo oportuno e competente pronunciamento nesta tarde. Muito obrigado.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Deputado Luciano, agradeço a fala de V.Ex^a. Vejo que essa é uma preocupação de todos os prefeitos, é do deputado Zé Neto, Líder do governo. E aproveito a oportunidade, na fala nesta tarde de terça-feira, para convidar a estrutura da Secretaria da Fazenda do Estado, na pessoa do Sr. Secretário Manoel Vitória, para prestar esclarecimentos a esta Casa. Está aqui o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa, o deputado Alex Lima. Gostaria, deputado Alex Lima, que V.Ex^a pudesse reiterar o convite ao secretário estadual da Fazenda para podermos apresentar essa preocupação, para que ele desse explicações acerca da mudança de postura no apoio a incentivos fiscais, porque vejo que isso é uma preocupação de todos os municípios da Bahia. Nenhum prefeito da Bahia está conseguindo administrar a folha de pagamento, está conseguindo celebrar convênios com o Estado, pela inadimplência. Os prefeitos não estão conseguindo celebrar convênio com o governo federal.

O apoio à indústria é importante, mas eu faço um apelo ao governo da Bahia para que, com esse programa de incentivos fiscais, busque compensar a região do cacau e outras regiões que contribuíram e hoje vive uma crise econômica instalada em razão da monocultura. No caso da nossa região, que tem o cacau como sua grande cultura, que o governo procure apoio para incentivar a indústria, criando o parque

industrial de Itabuna, através da Sudic, e ali estimule empresas com incentivos fiscais.

É muito importante também abrir para outras regiões do Estado – Ipirá, Feira de Santana, Vitória da Conquista –, para descentralizar a presença de indústrias, hoje concentradas no Polo de Camaçari. Claro que é muito importante fortalecer a Região Metropolitana, mas é importante fortalecer o Estado como um todo.

E vejo que falta, por parte do governo do Estado, essa política de descentralizar a indústria para o interior do Estado, a fim de gerar ganho, economia, riqueza. É isso que falta. Então, me chama atenção esse assunto, e vai chamar a atenção também, tenho certeza, da Bancada do governo nesta Casa, no sentido de questionar a Secretaria da Fazenda sobre a forma como está sendo feita a distribuição do ICMS. O que é verdade é que o incentivo fiscal é constitucional, pode-se aplicá-lo. Mas é preciso que se respeite a cota-parte, no ICMS, de 25% dos municípios. O Estado tem que fazer a festa, mas com a cota que pertence ao Estado, que é 75%.

Vejo a preocupação, deputado Luciano Simões, de muitos prefeitos. Há também a preocupação com o pagamento da folha. Chegam as festas juninas, e muitos e muitos municípios não conseguem honrar a folha de pagamento, quanto mais se organizar para uma festa tradicional do Nordeste, devido à queda, todos os dias, do ICMS. Ele é o grande bolo de arrecadação do Estado. O Fundo de Participação dos Estados realmente não dá para suprir as necessidades de todos os Estados da Federação; mas há Estados que arrecadam muito. E o Estado da Bahia, conforme demonstrativo da Secretaria da Fazenda, cresceu muito em comparação com o exercício do ano passado.

Quero fazer um apelo ao Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, aos deputados da Bancada da Oposição, aos deputados da Bancada do governo, porque é preciso uma mobilização de todos. Os municípios não aguentam mais. É preciso que, a partir de agora, o Estado modifique essa forma de partilha do ICMS, separando, deputado Fábio Souto, o que é direito constitucional do Estado e o que é direito constitucional dos municípios. Fazem muita falta esses recursos para o município poder honrar o pagamento dos seus serviços essenciais básicos.

Com o aparte ao grande representante da cidade de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Quero ressaltar o tema que V.Ex^a traz para ao debate nesta tarde, a questão dos incentivos fiscais; e que tem sido motivo de atrair indústrias, investimentos, como também de perdermos importantes empreendimentos no Estado da Bahia. É necessário que voltemos a esse assunto. Ele tem que ser tratado com esta maneira, com a clarividência com que V.Ex^a aborda o tema, sem nenhuma paixão política, desprendido de qualquer posição radical, simplesmente chamando atenção para um problema que é necessário para que possamos ter um estado mais forte, mais atrativo e cada vez mais pujante. É isso que queremos independente de quem esteja ocupando o Palácio de Ondina.

Só fazendo um adendo, não estou entendendo o porquê da ausência dos deputados governistas. Vejam que, neste momento, perdido entre tantas cadeiras do

lado governista está a deputada Luiza Maia, e as cadeiras estão vazias do lado direito, enquanto do lado esquerdo a Oposição está firme e forte...

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- (...) para a continuidade da sessão, meu caro deputado Augusto Castro.

Obrigado pelo aparte.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Agradeço a fala do nobre colega deputado Carlos Geilson. Espero presidente, deputado Sidelvan, que esta Casa encaminhe com brevidade, porque os municípios perdem recursos todas as semanas. Toda a terça-feira é creditado cota-parte do ICMS para todos os municípios do Estado da Bahia e estes estão perdendo e cada dia perdido não se recupera. Só se recupera com ações judiciais que hoje ultrapassam mais de 50 ações. A PGE tem todo o conhecimento e a Fazenda Estadual tem todo o conhecimento.

Então, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Vou reiterar o convite, que essa Mesa possa encaminhar o convite ao Sr. Manuel Vitória, Secretário Estadual da Fazenda do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou do Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB, para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Qual é a posição de V.Ex^a no Bloco?

A Sr^a Luiza Maia:- Vou falar o tempo todo. Estou indicando eu mesma para falar durante todo o tempo. Onze minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Qual é a condição de V.Ex^a, lidera algum Bloco? O deputado Zé Neto pode lhe indicar.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Com a palavra a nobre parlamentar pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores que ocupam estas Galerias, sejam bem-vindos. Gosto sempre de registrar a minha satisfação, quando essas Galerias que vivem eternamente vazias tem cheiro de gente, cheiro de povo. Então, é um prazer tê-los aqui, até porque a minha fala agora neste segundo momento é para registrar o meu apoio, a minha solidariedade à luta de vocês.

Tivemos um encontro hoje pela manhã e aqui estão presentes os aprovados, que são 121 no concurso de perito de 2014, que vêm solicitar o apoio desta Casa, no sentido de que o governo atenda o seu pleito que é participarem do curso que agora a ACADEPOL está promovendo para apenas 40 concursados aprovados e ficariam 119 de fora.

Fizemos essa discussão na nossa Bancada e fiz questão de registrar aqui com

vocês, como também já tinha assinado suas solicitações e quero fazer um apelo a esta Casa para que atendam o pleito de vocês. Como é um documento pequeno, eu faço questão de ler.

(Lê) *“O apoio junto aos órgãos competentes para viabilizar o curso de formação único para os 119 aprovados em peritos criminalistas.” Aqui eles colocam um pouco os fatos: “Segundo informações da Secretaria de Administração do Estado da Bahia, surpreendentemente esta pretende fracionar o curso de formação em um inicial com apenas 40 dos 119 aprovados e, em sequência, novos cursos no decorrer da validade do certame.*

Esta comissão pretende alertar previamente de que esse ato fere os princípios da economicidade e eficiência, além de dificultar a imperiosa agilidade nas respostas do governo para atender as necessidades evidentes da segurança pública do Estado. Destarte, faz-se mister um curso ÚNICO de formação.

Dos Fundamentos que norteiam o presente pleito: O curso para formação de novos peritos criminalistas é bastante específico, complicado de ser implementado e, historicamente, acontece um curso a cada 10 anos. Já é prática comum do órgão prover curso único de formação para todos os aprovados como no último concurso, em 2005, com muito mais aprovados do que o concurso atual. Existem salas disponíveis na Acadepol. No mesmo espaço já foi realizado curso para uma quantidade maior de aprovados. Não estamos pleiteando a nomeação, mas apenas um curso de formação único. Este curso não vincula o concursando à administração pública e, conseqüentemente, não onera a folha de pagamento. O curso de formação único é mais eficiente e econômico do que o fracionado. Nestes termos, pede-se apoio junto aos órgãos públicos competentes.”

Comissão de aprovados no concurso de 2014. (Palmas.)

Fiz questão de fazer essa leitura, apesar de não ter muitos deputados aqui, mas eles estão nos ouvindo pela TV Assembleia e vocês também têm abordado os deputados fora do Plenário. Era só para deixar registrado o nosso apoio, a nossa solidariedade.

Um grande abraço e continuem contando com a gente.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará por 6 minutos o deputado Hildécio Meireles e por 5 minutos o deputado Marcell Moraes.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega);- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra.

Deputada Luiza Maia, senhores funcionários e senhoras funcionárias, visitantes das nossas galerias.

Ainda hoje tivemos uma manhã muito produtiva nas reuniões da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, como, também na de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Quero aqui discorrer um pouco sobre os temas que foram debatidos.

Antes, porém, quero fazer uma retificação. Ontem, daqui desta tribuna, quando quis me referir à regulação do sistema de saúde do Estado, me referi à regulamentação. Embora as palavras não tenham os seus sentidos tão distintos, mas usualmente se pronuncia regulação, que nada mais é do que um paciente, geralmente em estado de emergência, entrar na fila que o próprio secretário de saúde do Estado reconhece que é uma fila de aproximadamente 1.300 pessoas, em média diária. Portanto, se falar em regulação, sobretudo no interior do Estado, é quase que entrar na fila da morte.

Portanto eu reforço o apelo de ontem e acho até que o secretário de saúde tem boas intenções, tem vontade de acertar. Mas é preciso que ele dê total prioridade ao atendimento emergencial no sistema de saúde do nosso Estado.

Pela manhã, na Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, por vontade unânime dos membros desta Comissão, aprovamos, meu caro deputado Herzem, uma sessão especial, provavelmente a ser realizada no dia 13 de agosto, para tratarmos dos investimentos da Petrobras na Bahia, no decorrer deste ano, no ano que vem. Trataremos também da retomada das obras do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que tem a Petrobras como seu principal cliente.

Portanto, essa sessão especial é de fundamental importância que haja a presença maciça dos deputados que compõem esta Casa. Convidaremos a Bancada Federal da Bahia, os três senadores da Bahia, o governador do Estado, o presidente da Petrobras, mobilizaremos a maior força possível da política baiana para que possamos retomar esses investimentos da Petrobras na Bahia, como também a retomada das obras do estaleiro Enseadas do Paraguaçu, que tem trazido sérios problemas à população da Bahia, em especial à população dos municípios que estão no entorno de Maragogipe, no entorno de São Roque,

Do mesmo modo, na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, tivemos hoje um debate com dois superintendentes da ANP, que vieram na tentativa de esclarecer, deputado Rosemberg, alguns pontos em relação à distribuição dos royalties pelo Brasil afora. Eles argumentavam que a queda da receita de royalties decorre, sobretudo, em face do mercado, do preço do valor do petróleo, o que de fato é uma verdade.

Mas insisti, naquele momento, sobre a interpretação da lei, sobretudo a lei 9478, se não me engano, de 98, que trata da quebra do monopólio. A partir daquele momento foi instituído o sistema de licitação para a distribuição dos campos de exploração de petróleo e a Petrobras teve o privilégio de ali escolher o que queria, o que foi chamado de rodada zero. E estamos teimando, estamos insistindo para que os municípios da Bahia, como o próprio governo do Estado, se atenham a essa questão

de interpretação dessa lei, porque o Estado da Bahia, junto com alguns municípios baianos que recebem royalties, podem estar perdendo pouco mais de R\$ 120.000.000 por ano, o que é um valor representativo para a economia da Bahia, sobretudo para os municípios que hoje dependem dessa receita para tocar o seu dia a dia, para fazer os seus investimentos e até para determinadas despesas de custeio do dia a dia dos municípios.

Portanto, na próxima reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, na semana que vem, o secretário da Fazenda estará aqui na Casa para apresentar o seu relatório quadrimestral de aplicação das receitas e do orçamento. Assim, teremos a oportunidade para chamar a atenção do secretário, porque nós aqui, mesmo sendo da Bancada de Oposição, não vamos torcer para que o Estado não arrecade, porque se o Estado já vive um momento de crise, seja na segurança pública, na saúde, na educação, na situação que está, imaginemos todos nós aqui se o Estado deixar de ter receita ou ter a sua receita diminuída.

Portanto, quero chamar a atenção dos nossos colegas deputados para que na sessão especial do dia 13 de agosto consigamos todos estar presentes pois será uma sessão, para concluir, Sr. Presidente, com uma discussão despartidarizada. Precisamos colocar, naquele momento, acima de tudo, os interesses da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Obrigado deputado Hildécio. Com a palavra o nobre colega, deputado Marcell Moraes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, galeria, muito boa tarde.

Venho a esta tribuna, nesta tarde de hoje, para primeiramente dar alguns informes: lembrar que a partir de 11 de julho, deputado Gusmão, teremos, pela primeira vez na Bahia um programa de rádio voltado à proteção aos animais. Na Tudo FM, hoje, acabei de assinar o contrato. É uma evolução para os animais na Bahia. Vou imitar meu amigo, colega, radialista e deputado Herzem Gusmão, que também tem um programa em Vitória da Conquista. O programa vai ser transmitido na Tudo FM para toda a Bahia.

Mas também, Sr. Presidente, o que me traz aqui nesta tarde de hoje é uma denúncia que venho trazer sobre o prefeito da cidade de Cansanção, interior do Estado, prefeito de nome Ranulfo Silva Gomes, do PSD, que vem mantendo um abatedouro clandestino. Recebi também denúncias que, além de manter esse abatedouro clandestino, o próprio prefeito da cidade de Cansanção, autoridade máxima, também tenho está mantendo animais vivos nesse abatedouro sem dar comida e água.

Já entrei com representação no Ministério Público para esse tal prefeito explicar, lembrando a esse prefeito que maltratar animal é crime.

Então, faço aqui um apelo aos líderes do PSD para que convoquem, que

chamem esse prefeito para se explicar, primeiramente sobre esse abatedouro clandestino, na cidade de Cansanção, e segundo contra os maus-tratos aos animais. Vamos para cima e vamos mostrar que os animais não devem ser tratados como coisa e como objeto.

Portanto, prefeito Ranulfo Silva Gomes, da cidade de Cansanção, e não me omito a dizer, falo com todas as palavras, que é um assassino. Então, Sr. Prefeito de Cansanção, acorde o quanto antes, porque o Ministério Público vai para cima, e não vamos deixar esses maus-tratos aos animais acontecerem, logo partindo de um prefeito, autoridade máxima da cidade.

Outra informação, Sr. Presidente, que venho trazer aqui é para fazer outro apelo, encarecidamente, ao governador Rui Costa. Nobre governador do PT, Rui Costa, vamos olhar para os nossos animais. O governador Rui Costa fechou, interditou o Zoológico de Salvador apenas durante uma semana, logo depois reabriu sem melhoria nenhuma.

Eu quero dizer aos nobres deputados, às galerias, que os animais não cometeram crime algum para estarem no zoológico cumprindo pena perpétua. O modelo de zoológico que precisamos defender é que o animal seja resgatado na natureza, ferido, recuperado no zoológico e depois introduzido novamente à natureza, e não ficar preso ali, sem ter cometido crime algum, e por pena perpétua.

E o zoológico de Salvador, já comprovado, é uma vergonha, é um zoológico de jaulas pequenas; um leão, por exemplo, que pode percorrer até 300 km por dia, está numa jaula de 15m. Então, não é o modelo padrão.

E lembrando que o zoológico de Salvador é atrás da casa do governador, é o quintal do governador. E eu não me canso de fazer essa pergunta: se o governador do Estado não está conseguindo cuidar do seu próprio quintal, ele não vai conseguir cuidar do quintal dos outros, não vai conseguir cuidar da cidade do nosso Estado, a Bahia.

Então, eu faço um apelo aqui, já é a quinta ou sexta vez que eu falo consecutivamente sobre esse mesmo problema do zoológico da nossa cidade, Salvador, para que o governador reflita o quanto antes, porque precisamos de melhoria imediata.

Eu também me deparei hoje, em meu gabinete, com um ofício, e aí eu vou pedir a atenção do deputado Fábio Souto e também do deputado Adolfo Viana, que fazem parte da comissão que eu presido, Comissão do Meio Ambiente, porque recebi, hoje, estranhamente, em meu gabinete, um ofício do nobre deputado Marcelino Galo, solicitando que aquela reunião que tivemos, quarta-feira retrasada, que fosse cancelada, porque não tinha quórum plausível. Ora, sabíamos que tinha quórum, sabíamos, porque votamos. E a preocupação do nobre deputado Marcelino Galo, que também deve ser a preocupação de alguns membros do PT, foi a convocação de alguns cargos do Estado para esclarecimentos, inclusive a superintendente do Inema. Porque a comissão visitou o Rio Joanes, há mais ou menos 40 dias, pedimos à diretora do Inema, pela quinta vez consecutiva, que enviasse um ofício dizendo quais empresas que estavam captando água irregularmente no Rio Joanes e poluindo o Rio

Joanes. Ela se omitiu nessa informação. E mais, convocamos ela para esclarecimentos, e estranhamente o deputado que deveria fiscalizar o Executivo se omite e pede o cancelamento. Ora, o deputado está a serviço do povo ou está a serviço do PT?

O Sr. Adolfo Viana:- Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- É uma pena, mas o seu tempo já se esgotou, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Infelizmente o tempo já esgotou, mas eu faço um apelo. Precisamos rever, é preciso cuidar do meio ambiente do nosso Estado e que os deputados não se omitam. Faço esse apelo para a diretora do Inema, não vamos cancelar a reunião. Ela deverá vir aqui prestar esclarecimento sobre a poluição do rio Joanes.

Quero saudar o pessoal do Greenpeace que está em meu gabinete, uma ONG muito séria. Ficarei um pouco ausente do plenário.

Saudações ecológicas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará o deputado Rosemberg Pinto por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Alô Itororó, o deputado Rosemberg Pinto com a palavra.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores, visitantes, imprensa, assessores, primeiro, quero dizer que polêmicas ocorreram no final da última semana em relação à audiência pública que tratará de uma reivindicação da comunidade de Itapetinga e Vitória da Conquista para um curso de medicina veterinária e odontologia, iniciativas do deputado Herzem Gusmão. Hoje, na Comissão, chegamos ao entendimento de que essa audiência ocorrerá no segundo semestre, depois obviamente de um equilíbrio dos problemas das universidades, uma discussão com o governo do Estado sobre os salários, as condições de trabalho.

Então quero dizer que essa etapa já foi ultrapassada e o consenso foi o de que deverá ser feita depois a audiência. Ocasão em que o presidente da Comissão, Eduardo Salles, coordenará o momento e a convocação das partes envolvidas. Assim, superaremos todas as querelas sobre essa questão.

Deputado Sandro Régis, eu queria fazer um apelo a V.Ex^a, como Líder da

Minoria, e também aos Srs. Deputados. Temos hoje dois projetos a serem votados e depois o deputado Luciano Ribeiro apresentou mais um. Em minha opinião é importante o projeto do deputado, porque trata da acessibilidade para todos na Casa, preocupação de todos os Srs. Deputados. É um projeto que, por regulamentação da Casa, precisa ter a aprovação do plenário. Gostaria de fazer um apelo a todos os Srs. Deputados para que votemos esses três projetos hoje, aqui. Um pelo argumento que já falei aqui, o de ser do deputado Luciano Ribeiro. Um dos projetos diz respeito à liberação de uma área para a construção do projeto Minha Casa, Minha Vida. E o outro sobre a transferência de uma parte de uma estrada para a União. Obviamente interessa a todo o Oeste baiano, aos deputados Pablo Barrozo e Antônio Henrique Júnior, de muita importância.

Ouvi atentamente, aqui, a intervenção do deputado Marcell. Na realidade, o deputado Adolfo até dialogou comigo sobre essa questão. Não diz respeito vir aqui os representantes do governo do Estado. Em minha opinião não vejo nenhum problema. E o secretário do Meio Ambiente e seus assessores já vieram aqui várias vezes e poderão vir sem nenhum problema.

Acontece que naquela sessão da Comissão havia um equívoco do ponto de vista da composição da Comissão. É que um suplente, presidente, substituiu um titular que estava presente. Então isso, na realidade, não foi por maldade naquele momento, mas criou um vício para o processo da comissão. E não podemos permitir que isso aconteça sob pena da banalização das comissões. Foi nesse sentido que o deputado Marcelino Galo fez um requerimento, que não é só da iniciativa dele, mas validado por diversos deputados, em especial pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de dar legalidade aos atos que são praticados nesta Casa, porque isso pode ter questionamento, inclusive público, de um convite a determinado servidor quando a composição da comissão, naquele momento, não permitia. É lógico que não foi por maldade dos deputados. E por uma questão de correção deveremos fazer. E não vejo nenhum problema de, por acordo, numa sessão seguinte debatermos, inclusive, a vinda dos servidores, por acordo, sem nenhum problema, para que não cometamos, mesmo sem querer, mais uma ilegalidade do ponto de vista da composição das comissões.

Eu queria hoje, diferentemente do que normalmente faço, fazer uma reflexão. Eu, realmente, vou para esse congresso do Partido dos Trabalhadores, deputada Fátima Nunes, para que possamos fazer uma grande reflexão do momento em que estamos vivendo.

Deputado Luciano, eu fui uma das pessoas que foram às ruas contra a privatização de várias áreas. E me lembro, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando fomos às ruas para nos posicionarmos contra aquele grande processo de privatização do segmento da eletricidade, da área da telefonia. E, hoje, quando vejo o meu governo usar o mesmo remédio para a crise, às vezes, pergunto-me quem é que está certo e quem é que está errado.

Então eu quero com isso dizer que o congresso do Partido dos Trabalhadores que vai acontecer agora servirá para uma reflexão muito grande das nossas posições, do passado e de hoje, para que possamos, obviamente, repensar os nossos caminhos.

Sou uma pessoa que tenho uma coerência muito grande naquilo que defendo. É lógico, que aqui estou apenas colocando, pontuando essa questão, não estou assumindo uma posição. Quero aproveitar esses dois dias aqui com os meus companheiros de partido do Brasil inteiro, deputado Zé Raimundo, para que possamos fazer uma reflexão sobre esse pacote de privatizações. Porque, eu fui muito crítico ao pacote de privatizações de Fernando Henrique Cardoso, e se não fizesse essa colocação pública, não estaria confortável comigo mesmo, até para mudar de posição, se assim for o caso, daqui para a frente. Então aproveitarei esse momento para que possamos debater.

Acho que são necessárias medidas, para que esse momento de crise da economia brasileira e da economia baiana passe, mas é também um momento de muita reflexão; da mesma maneira que fiz aqui a reflexão da reforma política que não fizemos e estamos pagando um preço muito caro por não termos pautado a reforma política, na minha opinião, quando o ex-presidente Lula assumiu a presidência da República em 2003. Acho que, naquele momento, deputado Zé Raimundo, tínhamos a oportunidade de construir um grande debate com a sociedade brasileira, com o Congresso Nacional, e fazer uma reforma política que, hoje, pudéssemos estar nos orgulhando.

Outra reflexão que já coloquei aqui para que possa estar tranquilo comigo mesmo, acho que nós acabamos indo no mesmo modus operandi do ponto de vista do financiamento público de campanha. E pagamos um preço muito alto por conta disso. Por isso acho que esse tema da reforma política deve ser prioridade neste momento. Não podemos abrir mão de debatê-lo dentro das convicções que temos em relação ao processo de financiamento público de campanha. Acho que não podemos dar como certa a votação que aconteceu semana passada na Câmara dos Deputados. Acho que está correto o questionamento do ponto de vista da quebra do Regimento daquela Casa em colocar em votação o mesmo tema fora do tempo regimental. Temos que aproveitar este momento para voltar à tona e trazer a reforma política à centralidade da temática nacional, sob pena da política estar contaminada por um debate que coloca todos os parlamentares, independente da coloração partidária, numa vala comum.

Por isso, deputados Fábio Souto e Pedro Tavares, faço aqui essa reflexão para que possamos ter nesta Casa a volta do debate da reforma política que, na minha opinião, é a maior de todas as reformas que precisamos tratar neste momento no Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Meu nobre presidente, deputado Sidelvan, falará pelo tempo de seis minutos o deputado Pablo Barrozo e pelo restante do tempo o deputado

Herzem Gusmão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre colega Pablo Barrozo pelo tempo de seis minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Boa-tarde, presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, galerias, quero solidarizar-me com os aprovados no concurso de perito criminal, junto com vocês toda a Defensoria Pública, todos os policiais militares e civis que estão aí na fila de espera e não são chamados pelo governo devido à falta de prioridade do governo do Estado com as pessoas que precisam, realmente, prestar um serviço adequado para a nossa população. Ao invés de chamar os companheiros para lotar os cargos públicos por aí afora.

Vim falar hoje de alguns momentos infelizes que tenho passado nas visitas aos municípios do interior, porque vemos por lá diversas obras que estão abandonadas pelo governo do Estado por mais de oito anos.

Mas não poderia deixar de falar, também, dessa fadada reforma política que o nobre orador, deputado Rosemberg Pinto, defendeu e colocou seu ponto de vista. Vejo que o PT, na falta do que propor, do que falar e do que fazer, tenta, mais uma vez, tirar o foco da corrupção que se instalou no país através do mensalão, do petrolão, da tentativa do império petista descredibilizar as instituições pregando a ignorância à população. O ex-governador Jaques Wagner, atual ministro da Defesa, recentemente foi à público, deputado Adolfo, falar que o erro deles foi não ter feito a reforma política há 10 anos. Veja que esse discurso está sendo repetido como um mantra. Se a reforma política fosse feita há 10 anos, nenhum dos petistas envolvidos, ou o pessoal do governo, roubaria, porque a reforma política é a solução para o caráter das pessoas que querem roubar. Olha que forma de pensamento equivocada.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Pablo Barrozo, serei breve para não tomar o tempo de V.Exª na tribuna, mas quero parabenizar V.Exª, pois, quando se predispõe a ir à tribuna, representa os seus eleitores. Tenho certeza que a maioria de seus eleitores também está indignada com a forma que o nosso País está sendo gerido. É escândalo do mensalão, é escândalo da Petrobras, é escândalo atrás de escândalo, e pior, deputado Pablo Barrozo, desemprego crescente, violência crescente, saúde na UTI.

Então, deputado Pablo Barrozo, todas as vezes que V.Exª subir a esta tribuna estarei aqui atento porque V.Exª representa hoje desta tribuna o sentimento da maioria do povo baiano. Parabéns a V.Exª.

O Sr. PABLO BARROZO:- Deputado Adolfo Viana, parabéns pelas palavras. V.Exª como sempre tem defendido e tem sido verdadeiro com o sentimento do povo, diferente da falta de sensibilidade dos membros governistas tanto federal quanto estadual, que ainda não acordaram para a realidade que está acontecendo em nosso País, que é um total descaso desse governo e as coisas sendo largadas, abandonadas. Hoje, vemos quem é que quer tentar fazer o controle da mídia. Eles fazem algumas reuniões, as bandeiras, o Foro de São Paulo é uma delas, quem for pesquisar, vemos que o governo petista de Lula e Dilma se assemelha e muito com o de Evo Morales, o

de Chávez e o de Maduro atualmente, mas o que eles querem é isso. Nunca lutaram por democracia, sempre lutaram por ditadura, mas uma ditadura imposta por eles, uma ditadura imperialista.

Hoje vem com essa conversa que não cola para ninguém. Felizmente a população acordou da forma mais realista, pela falta de verdade com que eles se propõe a discutir. Vamos discutir a reforma política, vamos. Agora vamos tratar também do que está acontecendo no mundo e no Brasil, não vamos ficar aqui defendendo bandeiras partidárias como se as pessoas não pensassem, como se as pessoas não tivessem senso crítico, como se as pessoas não tivessem senso da realidade.

A realidade hoje que está acontecendo é a seguinte: O governo petista, em conluio com muitos dos seus apaziguados, praticou no governo federal, corrupção atrás de corrupção. Mensalão, petrolão, não sei que “ão” vem depois, talvez do BNDES está tudo sob suspeita. E antes, os que eram os porretas, os bons, o melhor era o governo do PT, os idealistas, os que tinham a moral de defender tudo e de apontar o dedo para todos e diziam que eram diferentes, hoje querem acabar com as instituições botando todos como se fossem iguais.

A reforma política é necessária, porque se não fosse a reforma política, se tivéssemos feito essa reforma política há 10, 12 anos, ninguém iria mais roubar no país. Iríamos consertar o caráter das pessoas através da reforma política. Que argumento é esse? Fico aqui a me perguntar quem é que iria acreditar numa bobagem dessa. Infelizmente, temos que vir aqui à tribuna porque como havia dito ontem, uma mentira contada mil vezes para uma pessoa que não conhece ou que não está atenta ou que não se importa, pode virar realidade. Não podemos aqui desta tribuna permitir isso. Sempre que vier alguém à tribuna relatar algo que falta com a realidade do que está acontecendo no país ou no Estado, ou então ficar aí debaixo gritando, aos berros, querendo desrespeitar quem está aqui em cima falando, teremos que vir aqui e nos contrapor a isso de forma enfática, verdadeira e bem clara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, colegas da Imprensa, visitantes que estão nas Galeiras, hoje no jornal *A Tarde*, o deputado federal presidente do DEM da Bahia, José Carlos Aleluia, divulga uma carta aberta ao governador Rui Costa. Esta carta aberta ao governador Rui Costa, portanto, do presidente do DEM, José Carlos Aleluia, está no jornal *A Tarde*.

Nessa carta aberta, o presidente do DEM faz um apelo ao governo para que ele revogue a cobrança das vistorias veiculares, que é inconstitucional, fere a Constituição Federal e que além de ferir a Constituição Federal e que, além disso, vai de encontro ao Código Tributário Nacional.

E o presidente José Carlos Aleluia cita Montesquieu. Ele diz: “(...) é uma experiência eterna a de que todo homem que tem poder tende a abusar dele; ele vai até onde encontra limites. Quem o diria! a própria virtude tem necessidade de limites. Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder.”

E nós estamos aqui, nesta Casa, exatamente tentando deter esse poder, esse abuso. O governo, através de uma portaria do Detran, insiste em cobrar algo inconstitucional, ilegal e imoral.

E como não bastassem as providências da Oposição nesta Casa, fomos à Justiça, solicitando providências.

Eu gostaria de lembrar a esta Casa que já está tramitando aqui um projeto de Decreto Legislativo em que propomos que o governo suste a portaria do Detran de nº 2.045, que foi aprovada no crepúsculo do ano, ainda no embalo, presidente Sandro Régis, do Natal, entre o Natal e o Réveillon.

O Sr. Sandro Régis:- V.Exª me concede um aparte?

O Sr HERZEM GUSMÃO:- Pois não, presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Quem sou eu deputado, presidente aqui é o deputado Sidelvan, que comanda com muita maestria esta sessão.

Quero dizer que V.Exª traz um tema muito importante na tarde desta terça-feira. Nesse artigo, o presidente do DEM, deputado José Carlos Aleluia, foi muito feliz quando discorreu sobre a Adin apresentada pela Oposição à Justiça, defendendo os interesses da população.

Fizemos um estudo e, em uma média, deputado Herzem Gusmão, houve um aumento de 242% nas taxas do Detran. E vemos o desemprego triplicando, a Bahia chegar a ser o segundo Estado com o maior índice de desemprego, as dificuldades que a população está passando, com aumento de água, aumento de energia, aumento de combustível, aumento dos juros, aumento do custo de vida.

Então, nós, como deputados da Oposição, que estamos escutando e consoantes com os movimentos sociais, entramos com a Adin para tentar barrar esse aumento, que consideramos abusivo e ilegal, praticado pelo Detran.

Parabenizo V.Exª por trazer a esta Casa esse artigo do deputado José Carlos Aleluia.

O Sr HERZEM GUSMÃO:- Eu gostaria de lembrar ao Líder que, independentemente dessa providência nossa junto à Justiça, teremos aqui, nesta Casa, a oportunidade de votar e derrubar essa inconstitucionalidade, esse abuso que ganhou uma repercussão extraordinária na Bahia.

Portanto, o presidente Aleluia, ao citar Montesquieu, disse que o poder pode conter o abuso do poder. E nós esperamos contar com a maioria esmagadora dos deputados desta Casa para derrubarmos essa indecência, essa cobrança da vistoria veicular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, deputado Herzem Gusmão.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará por todo o tempo o nobre deputado, general e comandante da Cidade de Vitória da Conquista, Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE(Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre deputado, e eterno prefeito de Vitória da Conquista, Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Falará um humilde cidadão, um educador, um professor e não esse general que o nobre deputado vê.

Mas, Sr. Presidente, queridos colegas deputados e deputadas, imprensa, aqueles que nos assistem no plenário e em seus gabinetes, eu gostaria, inicialmente, nesta intervenção, de saldar os amigos de Brumado, especialmente os companheiros do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, os vereadores Zé Carlos de Jonas, Zé Ribeiro, José Carlos Meira, o presidente do nosso partido Luiz Frederico Rêgo, os líderes políticos daquela bela cidade como Edmundo Pereira e Marizete Pereira, o amigo e companheiro Dr. Dante Guedes e o companheiro Zé Luís, por ocasião da passagem dos 138 anos de fundação de Brumado.

Desejo àquela cidade continuar politicamente democrática e ativa, pois ela teve um papel histórico nos sertões da Bahia, a partir da Fazenda do Brejo Seco. Este lugar foi imortalizado no livro do grande historiador brasileiro da medicina Licurgo Santos Filho, casado com uma filha de uma família de Brumado, que migrou para Campinas ao final do século XIX, durante aquele êxodo da crise da escravidão.

Licurgo Santos Filho escreveu um livro chamado “Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo”. Este é um exemplo da historiografia sobre a história de Brumado, pois ele foi professor de medicina na Universidade Estadual de Campinas e, depois, presidente do Instituto Histórico e Geográfico. Tive a honra de conhecê-lo quando da minha passagem pela Universidade de São Paulo.

Portanto Brumado é uma referência nos sertões da Bahia e, sempre, motivo de alegria quando vemos que, hoje, temos um núcleo atuante do nosso partido e que sinaliza com um grande projeto alternativo naquela cidade.

Gostaria também, Sr. Presidente, de repercutir, mais uma vez, nesta Casa, o evento que realizamos em dia 1º de junho de 2015 com a presença deste deputado que vos fala, Zé Raimundo, e com duas presenças honrosas, quais sejam, o secretário Osvaldo Barreto e o secretário José Geraldo dos Reis, ambos do governo do Estado.

Evidentemente, o evento da prefeitura municipal foi a inauguração do Centro de Referência da Criança e do Adolescente em Vitória da Conquista. Este centro abrigará a Promotoria Pública, a Vara da Infância e da Adolescência, o Ministério Público e, também, todos os programas sociais de proteção à criança e ao

adolescente.

Isso é o resultado de um trabalho de mais de 15 anos que realizamos naquela cidade pelo Partido dos Trabalhadores. Eu tive o privilégio de ser o gestor daquele município. Na ocasião, ampliamos todos os programas sociais, inclusive o Conquista Criança que foi a matriz de muitas experiências. Saltamos de 200 para mais de 400 crianças atendidas através do programa. Ampliamos o número de vagas nas creches e no ensino profissionalizante de jovens.

Enfim, agora, coroamos.

Trago este tema, Sr. Presidente, neste contexto em que, nacionalmente, se debate o problema da maioridade penal. Não vou, ainda, entrar em detalhes. Mas lembraria à nossa Assembleia Legislativa ser este, claro, um tema a ser debatido no Congresso Nacional. No entanto, uma Assembleia Legislativa estadual ou um parlamento regional ou local ou subnacional tem, também, a obrigação de refletir e de fazer o debate sobre as questões nacionais.

Vamos aprofundar o debate acerca da maioridade penal.

No entanto, há um fato concreto, qual seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente não foi implantado, praticamente, em 90% dos municípios brasileiros.

Vitória da Conquista foi o primeiro município da Bahia a assumir esta responsabilidade. Por isso, hoje, lá funciona o primeiro Centro Integrado do Brasil. Este é um instituto previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente para proteger, evidentemente, seus direitos e naqueles casos infracionais, naqueles episódios e fenômenos de conflitos com a lei.

Para isso, precisamos de um centro de internamento. O governador Rui Costa já sinalizou, por meio do secretário Geraldo Reis, através de uma parceria com o governo federal, a implantação de uma unidade deste centro em Vitória da Conquista. Então, para crianças em conflito com a lei, haverá, efetivamente, ali, um centro de ressocialização. Esta, também, é uma forma de penalizar inclusive com a pena de privação da liberdade.

Por isso, é, no mínimo, curioso, para não dizer contraditório, examinarmos o discurso da Oposição ao criticar o nosso governo ou o nosso partido. Quando examinamos as experiências dos outros partidos da Oposição, não vemos experiências consagradoras, salvo um ou outro município, um ou outro prefeito.

Em geral, não faz parte da agenda desses partidos o debate sobre as políticas de inclusão social e sobre a política para diminuição das desigualdades neste País, pois essas são as raízes de muitos males. Não relaciono pobreza com violência. Mas, no fundo no fundo, há um desconforto muito grande das populações marginalizadas com o tema da violência.

Portanto, este é um debate que teremos de aprofundar aqui.

Quero dizer, também, que teremos a alegria de conviver, a partir de quinta-feira, sexta-feira e sábado, com as lideranças nacionais do nosso partido, com o nosso ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com prefeitos, vereadores, delegados do nosso partido, fazendo uma reflexão comunista com o Líder Rosemberg Pinto sobre

essa trajetória. Se o Lula não vier, virão outras lideranças que representarão muito bem o nosso partido.

Repassaremos, em debate, a reflexão da nossa estratégia política, o modelo que construímos a partir de 2003, pois esta é uma tentativa de construir condições de inclusão social neste País. O Brasil tem mais de 500 anos de existência! Se tomarmos como referência do descobrimento do Brasil, este País conserva uma elite reacionária que não quer que o povo tenha acesso aos benefícios da riqueza da Nação.

A burguesia brasileira, infelizmente frágil e acanhada, dobra-se ao conservadorismo e não apoia as reformas que, muitas vezes, são fundamentais para a Nação moderna como a reforma agrária, como a reforma da estrutura fundiária urbana e como a taxaço das grandes fortunas.

As burguesias europeias fizeram as suas reformas. Isso, a Europa fez. A burguesia europeia fez suas reformas. A burguesia europeia aceitou os movimentos sociais e os movimentos sindicais ao dialogar com os partidos de esquerda, responsáveis pela construção da Europa moderna, a partir das grandes movimentações da classe operária e dos movimentos sociais desde o final do século XIX e durante o transcorrer do século XX.

Aqui, faz-se um discurso raivoso contra um partido que, pelo contrário, sinaliza para a conciliação de classes.

A burguesia brasileira é cega, é burra, é ignorante!

Preparem-se! Vejam, na ausência do PT, virão coisas terríveis! Na ausência do PT forte e dos partidos de esquerda atuantes, virão dias em que não saberemos o que acontecerá com este País.

Aliás, coisas terríveis estão acontecendo no Oriente Médio e, até mesmo, em alguns limites da Europa por conta da intolerância do imperialismo que fomentou a raiva, o ódio, os dissensos. Estamos vendo lá o desenraizamento das populações nas periferias das grandes cidades da Europa e começa a aparecer aqui no Brasil nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Se não houver instituições que liguem esses setores, abandonados historicamente, à vida real não sei o que acontecerá futuramente com os shopping centers e com os condomínios privados das elites brasileiras.

O PT e os partidos de esquerda são fundamentais para a democracia neste País. A democracia que, de fato, permita a distribuição de renda, de oportunidades, de uma universidade pública que inclua também o filho do trabalhador, do quilombola e do trabalhador da zona rural.

Lamentavelmente, os muitos epígonos da burguesia, inclusive neste Parlamento, parecem que estão cegos.

Sr. Presidente, pode ter certeza de que esse será um grande debate durante este ano e no próximo ano.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, professor,

companheiro Zé Raimundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o deputado Bira Corôa falará pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre companheiro Bira Corôa, pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidores desta Casa, visitantes, em primeiro lugar, utilizo a tribuna no dia de hoje para fazer um discurso direcionado ao nosso governo no sentido de sensibilizá-lo da importância da segurança pública e, acima de tudo, o aproveitamento dos aprovados para perito criminalista em nosso Estado para realizarem o curso de formação da Acadepol. Que esse aproveitamento seja extensivo a todos os aprovados, menos de 200. Eles são extremamente necessários para compor o quadro carente da Secretaria da Segurança Pública e, além disso, atender a uma demanda de toda a sociedade.

Por isso, em minha fala apoio todos os aprovados no concurso para perito criminalista do Estado da Bahia. Faço voto que vocês possam, dentro de um espaço de tempo muito curto, exercer a função para melhor atender à necessidade da nossa sociedade. (Palmas.)

Sr. Presidente, coloco-me na condição de vir a esta tribuna e destacar que no dia de hoje realizamos uma audiência pública de grande importância para o povo negro do nosso Estado. Na luta por uma sociedade cada vez mais justa e igualitária não podemos esquecer, deputado Joseildo Ramos, que há, praticamente, 3 séculos o Brasil tem uma dívida com o povo negro. O Estado brasileiro é responsável pela condição imposta ao povo negro na formação da sociedade brasileira.

No dia 28 do mês passado celebramos o Dia de África numa audiência realizada aqui, a fim de reconhecer e reafirmar neste Poder egrégio, pela nona vez, o que a ONU reconheceu em 73: a contribuição dada pelo continente africano na formação da civilização do mundo inteiro. E o Brasil não fica de fora. Nesta Casa, celebramos essa data há 9 anos.

No dia de hoje, pelo apelo da sociedade civil organizada, tivemos a condição de realizar uma audiência pública com essa temática importante para a consolidação da tal sociedade que pleiteamos. A audiência foi para a criação do Dia Estadual do Reggae.

O Brasil já reconhece o 11 de maio como o Dia Nacional do Reggae, em homenagem ao rei do reggae, Bob Marley. Ao partir no dia 11 de maio, ele deixou para o mundo um legado revolucionário no processo de transformação pela cultura e

pela música, porque o reggae não é apenas um movimento musical, é um movimento social, político e econômico que chamou o mundo inteiro para uma reflexão. Pouquíssimas vertentes da música e da arte são tão revolucionárias, tão propositivas para uma transformação e uma chamada de consciência como é o reggae.

Mas, aqui na Bahia, no Estado mais negro fora da África, aqui na Bahia, que simbolicamente é o berço da estruturação afro-brasileira, aqui na Bahia onde as vertentes originárias da nossa cultura e das contribuições dadas pelo continente africano, o reggae ainda é visto com marginalização. O que podemos presenciar é que os adeptos do reggae são criminalizados nesse contexto pela ação da mídia e da grande mídia, criminalizados pelos interesses econômicos representados por uma política perversa imposta desde o Império e ainda predominante no nosso Estado.

Precisamos não apenas ter um dia de celebração, mas um dia debates, discussão e formulação de uma nova concepção da nossa sociedade. É lógico que o dia de hoje foi riquíssimo. Mais de 3 horas de debate e discussões, depoimentos e afirmações, de setores organizados da sociedade que vêm através do reggae realizando uma verdadeira transformação, de jovens e mais idosos.

É bom dizer que hoje, na audiência, numa votação aberta com a sociedade civil organizada, reafirmamos o dia 11 de maio como o dia do reggae, que será apresentado nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa indicação de todos os deputados que queiram subscrever esse projeto. No dia de hoje a deputada Maria del Carmen, a deputada Fátima Nunes, o deputado Prisco Viana, entre outros deputados, já se autodeclararam autores conjuntos e coletivos desse projeto de lei para criar não apenas um dia do reggae na Bahia, mas trazer para o contexto do debate e discussão da sociedade baiana o papel e a importância que o reggae tem para formulação da nossa sociedade. Basta dizer que não temos outro movimento tão revolucionário quanto o reggae. Temos o hip hop hoje numa versão mais moderna do africanismo e do processo libertário, mas o reggae é o berço e a base. Como já dizia Bob Marley, ele não fala por si só, ele fala pela alma e pelo coração. Ele consegue contagiar e movimentar e não existe uma única pessoa que não seja tomado e absorvido pelo som do reggae.

Sem dúvida nenhuma, no dia de hoje, na Comissão de Promoção da Igualdade, tivemos uma das audiências mais comoventes, mais envolventes e de tamanho significado que podemos desenvolver.

A Sr^a Maria del Carmen:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BIRA CORÔA:- Com um aparte a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Deputado Bira Corôa, quero parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que faz neste final de tarde e parabenizar também pela belíssima audiência pública que aconteceu hoje pela manhã nesta Casa, com esse debate, essa discussão sobre a importância que esse movimento - porque não é só uma música, é um movimento - tem no contexto da nossa sociedade e daqueles que seguem essa filosofia de vida. É de fato uma filosofia de vida, uma forma de ver a vida, de se relacionar, de buscar e de encantar.

Deputada Fátima Nunes, sei que o mandato de V.Ex^a estava lá representado, mas V.Ex^a perdeu a belíssima voz de uma das companheiras que estavam lá e que fez um show maravilhoso, entusiasmando e emocionando a todos nós.

Deputado Bira Corôa, conte conosco para subscrever esse projeto que faz justiça a todos aqueles que seguem essa filosofia de vida.

O Sr. BIRA CORÔA:- Incorporamos o aparte, nobre deputada.

Quero mais uma vez reiterar que a Comissão da Promoção da Igualdade e as conquistas que ela vem desenvolvendo só têm sido possíveis pelos pares que nós temos nesta Casa, pela compreensão e pela cumplicidade da Bancada da Oposição e da Bancada da Situação.

E quero destacar, entre as duas Bancadas, um agradecimento muito especial a V.Ex^a, porque, se ano passado, na legislatura passada, no final da legislatura, tivemos a capacidade e a condição de aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, nesta Casa, foi exatamente porque V.Ex^a nos permitiu continuar presidindo a Comissão da Promoção da Igualdade. Não posso jamais deixar de mencionar esse ato de respeito e compromisso que V.Ex^a exerceu naquele exato momento, criando uma condição de representarmos os segmentos organizados da nossa sociedade e fazer a interseção com o governo do Estado da Bahia para garantir que esta Casa pudesse sair na frente dos Estados de toda Federação brasileira, tendo o primeiro estatuto estadual aprovado. E, diga-se de passagem, tido hoje como um modelo de estatuto, discutido e debatido no Brasil inteiro, porque ele conseguiu ser mais avançado, em várias situações, que o estatuto nacional.

Então, não poderia deixar de fazer essa pontuação. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Concedo aparte à deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Bira Corôa, quero parabenizá-lo pela iniciativa, parabenizar todos os movimentos que, com V.Ex^a, construíram esse evento tão importante para o projeto do Dia Estadual do Reggae. Apesar de não ter ficado todo tempo, cheguei um pouco mais cedo à comissão, pedi desculpas aos presentes porque teria que me ausentar para ir à Comissão de Direitos Humanos e à Serin. Quero dizer que, para nossa alegria, deputada del Carmen, tive sorte, porque os regueiros que estavam aguardando o início dos trabalhos e deram uma palhinha. Então, eu não fiquei sem nada. Eu e o deputado Sargento Isidório tivemos a felicidade de ouvir cada um dos artistas regueiros cantarem, entre eles, duas músicas: o Camafeu, uma música, e outra música cantada por uma cantora, acompanhada de Nascimento, com o violão.

Hoje, esta Casa viveu um momento de alegria oportuno. Encerramos, há pouco, o mês de maio, que é um mês de muitos movimentos, e já estamos nos preparando para o Novembro Negro. Vamos estudar o estatuto para regulamentar o que está faltando.

Obrigada, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sou eu quem agradece, mais uma vez, nobre deputada. Deixo à disposição de todos os deputados. Estaremos, na próxima semana, apresentando o projeto, pedindo subscrição de todos para criarmos o Dia do Reggae no Estado da Bahia, 11 de maio, em celebração à morte de Bob Marley.

Sr. Presidente, quero encerrar agradecendo, mais uma vez, a contribuição de todos e reafirmando o nosso compromisso com todos os peritos aprovados no último concurso para que eles concluam a Acadepol e que o Estado possa, de fato, absorvê-los para melhor atender às necessidades da segurança em nosso Estado.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Bira. Parabenizo V.Ex^a pela sessão.

Concedo a palavra a nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM-PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pedro Tavares:- Falarei pelo tempo de 5 minutos e nos 6 minutos restantes falará o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, senhores presentes às Galerias, há quase 50 anos foi construída, pelo então governador Lomanto Junior, a famosa ponte Ilhéus-Pontal. Uma obra inovadora, deputado Herzem Gusmão, que integrou, naquele momento, o centro e a zona sul de Ilhéus, proporcionando o crescimento da Zona Sul de Ilhéus.

Daí surgiu o bairro do Pontal e a estrada que liga o município às cidades de Una e Canavieiras, proporcionando um grande desenvolvimento para a região, e, como eu disse, integrando o sul de Ilhéus ao centro.

Com o passar do tempo e o crescimento da população, com o aumento do número de veículos, essa ponte já não dá mais conta de absorver o tráfego de veículos. A cidade cresceu, e há mais de 50 anos que essa ponte foi construída.

No ano retrasado, em 2013, o governo do PT disse que iria realizar o grande sonho da população ilheense, que sempre clamou pela segunda ponte Ilhéus/Pontal, e faria essa obra. Finalmente esse sonho da população ilheense se tornaria realidade.

No dia 28 de junho de 2013, aniversário do Município de Ilhéus, o então governador Jaques Wagner, deputado Fábio Souto, lançou a obra, com uma grande festa, com muita pompa, dizendo: “Aqui está o grande sonho de Ilhéus. Está sendo assinada hoje a ordem de serviço para essa ponte. As obras começam amanhã e dentro de 2 anos estarão prontas”.

A população de Ilhéus se encheu de esperança. Realmente, deputado Luciano Ribeiro, no outro dia havia máquinas e trabalhadores, gente trabalhando, e o sonho da população estava perto de se transformar em realidade.

Mas a obra começa e depois de um tempo para. Começaram a fazer um pouquinho da parte terrestre e a obra parou.

Antes da eleição e o governo mais uma vez disse: “Essa obra vai continuar, vai, sim, sair do papel. A parte aquática, que não começou, será feita”. E a população, mais uma vez, encheu-se de esperança de que essa ponte realmente sairia do papel. Aí, deputado Fábio Souto, deputado Sandro Régis, acabou a eleição e a construção da ponte está parada, não anda. As obras estão totalmente paradas.

E o governo vem com desculpas, que foi a empreiteira que teve algumas questões judiciais por estar envolvida nessa operação do “petrolão”, que o Ministério Público embargou a obra porque o meio ambiente não estava sendo preservado, várias e várias desculpas.

Não quero saber de quem é a culpa, nem o que aconteceu. O que quero é que a obra recomece. Mais uma vez, quero que essa obra importante para o Município de Ilhéus seja retomada. O que acho engraçado é que o governo se cala, não fala.

No dia 17 de março, na reunião da Comissão de Infraestrutura, presidida pelo deputado Hildécio Meireles, o Secretário de Infraestrutura esteve aqui e eu o questionei: secretário, falta o quê para essa ponte sair? Ele disse que estavam resolvendo as últimas pendências e logo depois da Semana Santa a obra recomeçaria. A Semana Santa já passou há quase 2 meses e a obra está totalmente parada.

E quero fazer aqui a pergunta ao governo estadual, ao secretário de Infraestrutura e ao nobre governador: cadê a ponte Ilhéus/Pontal, obra que só funcionava durante as eleições? Acabou a eleição, a obra parou. E o povo de Ilhéus está descrente.

Fica, aqui, minha cobrança, mais uma vez, ao governador e ao secretário de Infraestrutura do nosso Estado para que deem respostas convincentes, para que essa ponte realmente saia do papel, para que essa obra deixe de ser obra de marketing, de propaganda do governo e se transforme numa obra real.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado.

Quero saudar os companheiros da Polícia Militar que estão nas Galerias. São policiais militares da Rondesp, e o seu comandante, o subtenente Peter. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários, assistentes da *TV Assembleia* e demais ouvintes, inicialmente quero prestar as minhas homenagens aos municípios aniversariantes agora no mês de junho, os quais tenho a grata satisfação de representar uma parcela da sua população. Falo de Brumado, Jacaraci e Lagoa Real.

Sr. Presidente, desde ontem aqui ouvindo os oradores desta tribuna e atento, estou a imaginar as razões pelas quais a Oposição tem sido nesta Casa ao mesmo

tempo tachada de intolerante porque critica o governo e acusada de não ter diálogo. Quero crer que seja mais fruto da falta de argumentos, de assunto e de ações propositivas dum governo paralisado em poder gerar fatos. Qual é o papel da Oposição? E o que é o papel do Legislativo? Analisar, debater, propor, assim como estamos neste Plenário hoje para dar quórum à base governista e num acordo de Lideranças votar três projetos que a nós, oposicionistas, nos parece ser do interesse de toda a população.

Primeiro o governo estadual, reconhecendo a sua incapacidade de gerir as estradas baianas, transfere para o federal essa sua responsabilidade. E nós, como queremos aqui o bem da população, estamos a apoiar essa atitude. Por isso, estamos a dar quórum.

Outro projeto doa terrenos do Estado para que sejam construídas moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. Também nesse caso, nós da Oposição estamos no Plenário para dar quórum e votá-lo com dispensa de formalidades.

Igualmente assim entendeu a base governista que nós pudéssemos negociar, porque esta Casa é a Casa da negociação, a Casa do diálogo. Por isso, me surpreendem os discursos sobre a nossa intolerância e a nossa falta de diálogo. Apresentei aqui um projeto de resolução, e obtivemos da Liderança do governo a dispensa de formalidades no sentido de que seja dotado o Legislativo das condições necessárias de acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção. Esta é a Oposição, que não pode ser tachada de intolerante e raivosa.

Quero agora nesta tribuna registrar uma passagem histórica. O Partido dos Trabalhadores ao longo do tempo vem administrando o País pregando ser o único partido capaz de fazer as transformações que o Brasil precisa e necessita, apesar dos seus já 12 anos no poder. Mas hoje o Líder do PT nesta Casa subiu aqui e reconheceu que lá atrás pelo menos em dois pontos o seu partido estava errado. Primeiro, em relação à questão das privatizações. Segundo, quanto à questão da reforma política que não foi implementada.

O Líder do PT faz isso com um gesto grandioso. Quando ouvi Rosemberg Pinto, Líder do PT, fazer essas declarações, lembrei de um discurso histórico do então embaixador do Brasil na ONU, Roberto Campos, ao ser indagado sobre uma posição contraditória defendida por ele naquela entidade. Quando disseram a ele que estava sendo contraditório respondeu que a contradição é um privilégio das mulheres bonitas, dos países realistas e dos homens inteligentes.

Por isso quero dizer-lhe, Rosemberg Pinto, Líder do governo neste Parlamento, que, neste momento, a sua contradição se nos apresenta como, mais do que um gesto de grandeza, um gesto de um homem inteligente por reconhecer os erros que cometeu. E não tenho isso como contradição.

Muito obrigado e boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o deputado Joseildo Ramos falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre e eterno prefeito de Alagoinhas, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, V.Ex^a está com uma alegria invulgar.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, todos que nos ouvem, que nos assistem, eu ouvi, deputado Gika, uma notícia alvissareira que ontem já pontuava como um grande anúncio, uma acertada iniciativa do atual governo estadual no sentido de tratar a energia alternativa, sustentável como objeto de sua ação, de continuação das suas atitudes renovadoras à frente do Executivo.

Falo da segunda maior empresa na produção de aerogeradores, que inaugurou aqui, na Bahia, a sua primeira unidade fabril na América Latina, a Gamesa. Uma empresa espanhola, deputada Maria del Carmen, de seus compatriotas, que traz uma possibilidade de desenvolvimento que nos interessa.

Esses parques de geração de energia eólica serão instalados exatamente nas regiões mais longínquas e historicamente mais desassistidas, mas que a natureza bafejou com a oportunidade de um vento permanente, com a velocidade adequada durante um número de horas ao longo de todos os anos como em poucos lugares neste continente.

Dessa forma, é a geração de empregos no Polo Industrial de Camaçari apontando para a geração de empregos permanentes no Sertão, no Semiárido, com uma energia renovável e limpa, melhorando ainda mais uma das melhores matrizes de produção de energia que temos no globo, pois temos o privilégio de contar com a geração hidráulica como a centralidade matricial da nossa produção de energia.

Virão também outras iniciativas grandiosas na direção de investimentos para a implantação de unidades de geração de energia fotovoltaica, pela quantidade de horas-luz que temos à disposição em todos os períodos nas quatro estações aqui no nosso País.

Mas alguns oradores entusiasmados, da Oposição, estão no seu lugar de se queixarem do nosso governo, e reconhecemos a naturalidade dessas questões: Oposição e Situação debatendo, de preferência, com respeito, para que esta Casa, substantivamente, se ocupe de temas que dizem respeito ao interesse maior da sociedade baiana.

Estou aqui também a lembrar que a inflexão dos investimentos veio a ocorrer, aqui neste País, a partir de 2003. Aqui na Bahia, a partir de 2006, mais fortemente em 2007, nos investimentos maciços, na segurança, contrapondo o estado de coisas à situação de violência que todos nós reconhecemos, pois grassa no País de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Mas o governo Wagner promoveu o resgate do investimento apropriado na

recomposição da tropa envelhecida da polícia baiana, cujo contingente minguava sucessivamente pela ausência de concursos que viessem repor os quadros da Polícia Militar. Promoveu também a melhoria nos equipamentos individuais, no armamento, nas condições objetivas de trabalho, no investimento vis-à-vis, ano a ano, no investimento em educação, para que riscássemos definitivamente ou, na contribuição maiúscula, diminuíssemos o número de analfabetos, que era uma mancha que envergonhava e sempre envergonhou o Estado da Bahia.

Depois do advento do governo Wagner, o Estado bateu todos os recordes de geração de empregos diretos, empregos permanentes, fazendo com que a Bahia fosse o carro-chefe, mas o carro-chefe de geração de oportunidades de trabalho.

E essas oportunidades, ao contrário da história recente do nosso Estado, iam na direção de gerar oportunidades no interior da Bahia. Quase 70% do histórico de geração líquida, útil, de oportunidade de trabalho se deu na direção do interior do Estado, dando capilaridade às oportunidades.

O governo Wagner é reconhecido, inclusive em algumas falas da Oposição, de vez em quando, e a saudamos pelas verdades que são ditas. Foi o governo que mais aplicou investimentos para melhorar as nossas estradas. Era muito difícil se deslocar do interior do Estado da Bahia. Gika sabe dessa situação.

Lá no Sudoeste, o nosso amigo Zé Raimundo, quando era prefeito, queria visitar os seus colegas, mas tinha uma dificuldade muito grande porque não havia estrada ao redor de Conquista. Foram 8.500 quilômetros de estradas, mas reconhecemos que ainda existem estradas que precisam ser melhoradas. Aqui foi dito há pouco que a Bahia é quase do tamanho da França, não dá para, em oito anos, você resgatar a totalidade da demanda de infraestrutura, principalmente nas rodovias baianas.

E o que dizer das oportunidades do acesso ao ensino público federal superior? Durante 60 anos a Bahia assistiu Minas Gerais ter 11 universidades federais, enquanto estávamos aqui pontuando...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um instante.

(...) apenas a Universidade Federal da Bahia, filha única. E hoje temos seis universidades federais. E estamos caminhando, deputado Gika, pela luta do povo da Bahia, principalmente do nosso semiárido, o maior vazio territorial sem a presença de uma universidade federal, a Universidade Federal do Nordeste do Brasil, que a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula reconheceram que lá no território, quase igual ao do Estado vizinho de Sergipe, onde vivem 2,2 milhões de baianos, nós haveremos de ser testemunhas não só da implantação da Universidade Federal do Nordeste do Bahia, mas também do acesso aos filhos dos sertanejos naquela situação.

Outra coisa importante que aconteceu ao longo desse tempo, nós que atravessamos esses três últimos anos a maior seca de que se teve notícias pelos últimos 50 anos da história não só da Bahia mas do Nordeste...

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um minuto, deputado, V.Exª terá seu aparte.

Nós temos hoje uma realidade diversa. O programa Água para Todos foi replicado em âmbito nacional, pelo exemplo, pela iniciativa, para vencer aquela inércia. Eu me lembro, quando fui visitar, ainda prefeito de Alagoinhas, o secretário nacional de saneamento, o Dr. Abelardo Barbosa, ex-presidente da Embasa, uma das empresas que mais investiu na ampliação do acesso de água com qualidade para mais de três milhões de baianos, uma empresa que investiu levando oportunidade de esgotamento sanitário ser oferecido a uma população de 1,5 milhão de baianos. Nunca se viu um programa de investimentos dessa monta, que em quase oito anos tínhamos perto de sete bilhões de reais, alçando a Embasa a condição, do ponto de vista relativo da empresa que em relação ao seu patrimônio foi a que mais investiu na transformação da qualidade de vida...

E eu estou falando de água! Estou falando de água relacionada com os interesses maiores do povo baiano: água, abastecimento de água, saneamento com esgotamento sanitário. Essa empresa ganhou notoriedade, prêmios, reconhecimento internacional, mostrando que é possível um Estado que tem a 23ª renda per capita, do ponto de vista da produção de riqueza do seu PIB dividido pelos 14 milhões de baianos, quase 15 milhões, um Estado pobre do ponto de vista de renda per capita, mas que fez o dever de casa.

Poderemos avaliar a quantidade de acertos que esse governo teve. Não foram poucos, e foram acertos que definitivamente lograram uma oportunidade única de reescrevermos na política baiana a possibilidade de termos um governo diferenciado.

Então, Sr. Presidente, V.Exª que está ouvindo com muita atenção, quero lhe dizer que a Bahia pode festejar esses oito anos e meio de governo petista e de seus aliados.

Um grande abraço, e da próxima vez V.Exª não fique fazendo “onda” com a situação de Alagoinhas.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Só para fazer um registro. Eu pedi um aparte ao deputado Joseildo Ramos e era só para corrigi-lo: Abelardo Barbosa é o Chacrinha! (Alguns deputado cantam “Abelardo Barbosa...”). O da Embasa é Abelardo Oliveira.

O Sr. Joseildo Ramos:- Não, o nome dele também é Abelardo Barbosa.

O Sr. Adolfo Viana:- Não, não, não! O aparte era só nesse sentido, para ajudar V.Exª no seu discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Muito obrigado, deputado Adolfo Viana.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Ordem do Dia.

Está sobre a Mesa um requerimento:

(Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V.Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 21.195/2015, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161 que indica.*

Sala das Sessões, 09 de junho de 2015.”

A Presidência defere o requerimento.

Também há outro requerimento:

(Lê) *“Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 21.196/2015, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesses social, na forma que indica.*

Sala das Sessões, 09 de junho de 2015.”

A Presidência também defere o requerimento.

Em discussão única e votação o projeto de lei nº 21.195/2015, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161 que indica.

Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra, para relatar, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PABLO BARROZO:- (Lê) *“PROJETO DE LEI nº 21.195/2015*

Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161 que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a União os trechos das Rodovias Estaduais BA-172 e BA-161, indicados no Anexo Único desta Lei.

§ 1º - A transferência tem por finalidade a incorporação de trechos de rodovia estadual implantada, cujos traçados coincidam com diretrizes de rodovia federal planejada, à Rede Rodoviária sob jurisdição federal.

§ 2º - A transferência não acarretará ônus para a União, tais como ressarcimento de despesas de desapropriação, construção, operação ou manutenção que tiver incorrido o Estado da Bahia até a data da transferência, ou de indenizações decorrentes dessa transferência.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Passo ao parecer.

(Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.195/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161 que indica.'

Através da proposição que ora passo a relatar pretende, o Poder Executivo, obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa proceder a transferência, para a União, de trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161, totalizando 28 km, sendo 6 km da rodovia BA-172.

Os trechos a serem transferidos 'têm traçado coincidente com diretrizes de rodovia federal planejada e poderão ser absorvidos pela Rede Rodoviária sob jurisdição federal', conforme observa o Sr. Governador em sua Mensagem.

Ressalte-se ainda que, conforme previsto no § 2º do art. 1º do projeto, 'a transferência não acarretará ônus para a União, tais como despesas de desapropriação, construção, operação ou manutenção que tiver incorrido o Estado da Bahia até a data da transferência, ou de indenizações decorrentes dessa transferência'.

O projeto não recebeu emendas e, encontrando-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2015.”

Gostaria de salientar que a Oposição, apesar de jovem, mas madura, parabeniza o governo. E eu quero parabenizar a Oposição porque, em relação a todo projeto bom que vier para este Legislativo, ela estará sempre com a Bahia e do lado dos nobres deputados que hoje apresentam este projeto. Tenho certeza que, diante das dificuldades das estradas estaduais do Oeste da Bahia, no caso essas duas BA's, deputado Adolfo, que estão abandonadas, com a União abraçando agora a construção e a administração delas e com fé em Deus, nós estaremos aqui dando um passo para que sejam recuperadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Em votação o parecer do nobre deputado. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para discutir o projeto, o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, o assunto que vou trazer para esta Casa não pode ficar para depois, até porque a minha vida não me pertence. Falo neste momento como um dos homens de Deus neste Estado, nesta Nação. Pode ser que daqui a alguns minutos o meu fôlego seja tomado pelo meu Dono. Falo do Deus de Israel.

A Bíblia diz que do pó viemos e para o pó voltaremos. A Bíblia também diz que Deus é Todo Grande, Todo-Poderoso e que seja todo homem miserável e pecador; que seja Deus Verdadeiro e todo homem mentiroso. Eu não poderia negociar a minha fé com um mandato político se porventura for cassado hoje nesta Casa, ou se porventura tiver algum tipo de retaliação na minha vida, que não começou há sete anos.

Tenho um trabalho social que tem 23 anos. Comecei pedindo nas feiras e agradeço a Deus por ter tocado no coração dos governantes para eles entenderem que são drogados que vêm do País todo e da Bahia toda. Mas eu não poderia ficar calado, porque seria um desserviço à humanidade inteira. E não falo aqui como evangélico, não estou falando como pastor. Estou falando como um cidadão que tem de respeitar a Constituição, e a respeito, mas todos devem respeito à Constituição. Eu estou aqui para protestar contra os atos da Parada Gay em São Paulo. Parada Gay que começou selecionando símbolos sagrados, que não são da minha religião, mas são dos irmãos da Igreja Católica, como crucifixos. Estão aqui as fotos, com o Senhor Jesus, na hora da sua agonia, morrendo por nossos pecados... Apanharam, inclusive, da religião católica, a imagem que serve a esta Nação, a imagem de Nossa Senhora de Aparecida. E junto com aqueles homens e mulheres, todos travestidos, parecendo verdadeiros demônios, quebrando uma via pública...

Eu tenho aqui documentação farta em minha mão. Alguém da minha assessoria filmou mais de 30 gays, na Parada Gay, em via pública, com o crucifixo enfiado em suas partes íntimas. Isso é um desrespeito à fé alheia. Um desrespeito aos fiéis católicos, aos fiéis da matriz africana. Isso é um desrespeito aos fiéis do Evangelho. Isso é um desrespeito a esta Nação toda.

Uma parada gay, e eu tenho a convicção, porque conheço muitos homens e mulheres que, lamentavelmente, negam a natureza de Deus na vida sexual e se relacionam homem com homem e mulher com mulher... Mas eu quero dizer que esse tipo de ação não representa nem os que eu conheço, porque conheço muitos deles e delas que são educados, têm dignidade naquilo que se propõem a fazer, embora não concorde com a vida sexual, porque não abro mão de relacionamento sexual ser somente entre homens e mulheres. Mas não poderia ficar calado, por isso vim aqui fazer o meu desabafo, protestar. E acho que os Srs. Deputados e a Sr^{as} Deputadas

nesta Casa, não precisam ser os evangélicos, mas os católicos, os espíritas, os que veem nesses símbolos fé, sacração, não podem ficar calados.

Ainda esta semana fui aqui chamado de baixo. Ainda esta semana, uma parlamentar propôs que eu fosse fazer terapia, que eu procurasse profissionais para fazer terapia, me chamando de doente mental. Eu não tenho nenhum problema quando o povo me chama de doido, e eu digo que sou doido por Jesus, mas a esse outros eu lhes digo: é melhor ser doido do que ser ladrão.

Então, não posso ficar calado com tais coisas. E o pior de tudo isso é que pode faltar dinheiro para tudo, mas não para essas práticas, essas paradas, essas manifestações que nada têm a ver com a dignidade, nada têm a ver com a família, inclusive seja lá o casal de homem com homem, ou mulher com mulher, que não participaria de uma patifaria, uma molequeira, uma safadeza sem precedentes.

O que é que pretendem esses deuses de letra minúscula? É encurralar o homem ou a mulher que tem a sua fé no Deus de Israel e que chama de família homem + mulher = filho? Eles querem recuar o casamento divino? Então, se a Constituição dá direito a eles de fazer o que bem quiserem das suas partes íntimas, eles deveriam, pelo menos, respeitar os símbolos sagrados! Símbolos que, tenho a certeza, o Vaticano, a Santa Sé, o papa, bispos e padres católicos que me ouvem aqui e que me ouvem através da *TV Assembleia*, não ficarão calados, porque não há como se calar diante de uma molequeira.

Eles, aqui, saem do sério. Aqui, não são apenas seus deslizos sexuais. Aqui, são homens possuídos de demônios, homens e mulheres que lá estavam nessa posição em plena via pública, com as pernas para cima e com o crucifixo, sobrando apenas a imagem do Jesus crucificado.

O Sr. José de Arimatéia:- Um aparte.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Concedo um aparte ao deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Deputado Sargento Isidório, quero comungar com as palavras de V.Ex^a e parabenizá-lo. Ontem, o senador Magno Malta fez um pronunciamento no Senado Federal, fazendo uma convocação para hoje no Congresso Nacional.

Não só o segmento evangélico, mas o católico, os de outras religiões, também foram surpreendidos pela forma agressiva desse ato que aconteceu em São Paulo.

Nós, que conhecemos e temos fé no Deus vivo, ficamos preocupados, porque eles estão subestimando o poder de Deus. E ficamos, realmente, surpresos de ver até que ponto estão chegando.

Então, acho que nós, evangélicos e de outras religiões que nesta Casa existem, deveríamos fazer uma moção de repúdio a esse ato. E que possam, todas as casas legislativas, se manifestarem, porque é inadmissível a forma agressiva e arrogante desse segmento que foi às ruas de São Paulo no final de semana.

V.Ex^a está de parabéns e pode contar com o meu apoio.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Coloco o aparte de V.Ex^a nas

escritas do meu pronunciamento. Eu acho que isso aqui é passar de todos os limites. Isso aqui não pode ser capitaneado por uma só fé. Não pode ser coisa de evangélico nem de católico isoladamente. Isso aqui é de toda a sociedade.

Eu tenho convicção de que até ateus, que não têm religião, não concordam com tais atos, que extrapolam atos animais. Eu não ofenderia nem sequer os cachorros e cachorras para apelidar tais pessoas, para não ofender os animais.

Esse ato é indecoroso, é imbecil, esse ato, acho que nem condiz com alguns homossexuais que conheço, porque, como estou dizendo, repito, eu conheço, inclusive nos Poderes. Eu conheço pessoas inteligentes, empresários, homens e mulheres, com essa questão da homossexualidade, mas duvido que eles queiram se relacionar ou serem representados por tais abutres infames, imorais, indignos e, conforme diz a palavra de Deus, “dignos de morte”. Não só eles, como seus simpatizantes, também.

O Sr. Soldado Prisco:- Conceda-me um aparte, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Deputado Prisco, depois V.Exª faz no seu pronunciamento, quero só pedir a moção de repúdio, vou apresentar e pedir a assinatura...

Pode falar, deputado Prisco, a casa é democrática. Não quero V.Exª do lado deles.

O Sr. Soldado Prisco:- Muito obrigado, deputado. Como o deputado Arimatéia colocou, assinarei também essa nota de repúdio por essa infâmia que aconteceu em São Paulo. Como servo do Senhor, não aceitaria jamais esse absurdo que aconteceu, o tratamento que foi dado não só ao povo católico, mas a todo povo religioso que crê em um Deus vivo e verdadeiro que rege o céu e a terra.

O Sr. Alex da Piatã:- Um aparte.

O Sr. Soldado Prisco:- Então, não vamos ficar calados. Deveremos assinar essa nota de repúdio, ir às redes sociais, ir às ruas, às igrejas, para condenar esse ato maléfico, ato do satanás, praticado contra o povo de Deus e contra a família. Tenha certeza de que o Deus em que nós cremos, que nós conhecemos, jamais vai ser derrotado por esse satanás que eles pregaram lá em São Paulo. Vamos derrotá-los e mostrar que a família vai vencer esse ato absurdo e maléfico que foi praticado em São Paulo.

Assino a nota de repúdio, e em conjunto poderemos fazer também uma nota, juntamente com os demais deputados da bancada evangélica nesta Casa e da bancada católica que queiram assinar, contra esse ato ocorrido em São Paulo.

O Sr. Alex da Piatã:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Continuo convocando a todos os deputados, independentemente de religião, para assinarmos uma moção de repúdio. Tomara que seja a da Bahia a primeira a sair, se é que outros Estados não se alçaram.

Concedo o aparte ao deputado Alex da Piatã, grande deputado.

O Sr. Alex da Piatã:- Quero também me solidarizar com V.Exª, apoiar suas

palavras e assinar embaixo dessa nota de repúdio, porque, realmente, V.Ex^a foi muito feliz quando disse que, independentemente de religião, de credo, de igreja, não se pode brincar com a figura divina.

Tenho certeza, e espero que ao final da sua fala seja realmente a verdade, de que isso não representa, inclusive, a figura e a vontade de muitos homossexuais que conhecemos, que são pessoas de bem e não concordam com tal absurdo.

Então, quero aqui, também, me solidarizar com essa nota de repúdio e assinar embaixo para que isso não volte a acontecer, e que possamos, nesta Casa, ter uma representatividade grande daquilo que é a maioria da sociedade, que é uma sociedade cristã.

Então, V.Ex^a está de parabéns pelo pronunciamento.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- O deputado me trouxe aqui as imagens do Cristo Redentor sofrendo o suplício por nossos pecados, e o prefeito, bem perto da Suplicy e de outros, dizendo que gasta o dinheiro do povo todo na Parada Gay, mas não gasta um real em evento religioso.

Ele é um pobre coitado! Ele não sabe que horrenda coisa é cair na mão do Deus vivo!

O Sr. Adolfo Viana:- Quem é o prefeito?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- O Haddad, de São Paulo.

Quero dizer a todos os políticos que sem Deus nenhum dos senhores e senhoras vale nada. Nenhum! Nem presidência de República. Não são à toa os cânceres que estão assolando os presidentes das Américas. Não é à toa! É por causa do desrespeito à palavra de Deus. E esta nação Brasil não está entrando em crise à toa. Não está havendo enchente onde era seca e seca onde era enchente à toa. É porque a depravação, o gasto do dinheiro público para mexer com as coisas sagradas está desenfreado. E eu, como homem de Deus, mesmo que sofra retaliação, tenho a obrigação de preservar a minha fé. Eu não nasci deputado e sou homem de Deus.

Muito obrigado.

Peço a todos que, na hora h, vamos fazer o repúdio, que todos possam assinar, independentemente de religião. Repito, conheço vários homossexuais, em todas as áreas de trabalho. Mas tenho certeza de que a maioria dos que conheço não coadunam com esse comportamento marginal. E que não digo que é de cachorro ou de cachorra para não ofender os animais, que hoje são protegidos, inclusive, por mim também.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nobrega):- Encerrada a discussão.

Em votação o projeto de lei nº 21.195/2015, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161 que indica.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.195/2015

Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos das rodovias estaduais BA-172 e da BA-161 que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a União os trechos das Rodovias Estaduais BA-172 e BA-161, indicados no Anexo Único desta Lei.

§ 1º - A transferência tem por finalidade a incorporação de trechos de rodovia estadual implantada, cujos traçados coincidam com diretrizes de rodovia federal planejada, à Rede Rodoviária sob jurisdição federal.

§ 2º - A transferência não acarretará ônus para a União, tais como ressarcimento de despesas de desapropriação, construção, operação ou manutenção que tiver incorrido o Estado da Bahia até a data da transferência, ou de indenizações decorrentes dessa transferência.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

CÓDIGO SNV	ROD.	INÍCIO	FIM	EXT. KM	ROD. EST.
430BBA0065	BR-430	ENTR BA-172(A) /464(B) (SANTANA)	ENTR BR-172(B) /576(A)	6,0	BA-172
430BBA0075	BR-430	ENTR BR-576 (B)/BA-161(A) (P/SÍTIO DO MATO)	ENTR BR- 349(A)/BA-161(B)	22,0	BA-161

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Em discussão o projeto de lei nº 21.196/2015, que autoriza doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para relatar o projeto convido a deputada Maria del Carmen.

Antes, porém, do parecer da nobre deputada, proponho a prorrogação da sessão pelo tempo de 30 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Projeto de Lei nº 21.196/2015, que autoriza a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica”.

(Lê) “Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao projeto de lei nº 21.196/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial-FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.

Através do projeto que ora venho relatar pretende, o Poder Executivo, obter desta casa a necessária autorização para que possa proceder a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial-FAR.

A referida área está localizada no Bairro do Bonfim, no Município de Salvador, e mede 12.085,50m, sendo destinada à construção de unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”, conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º da proposição.

Trata-se, portanto de medida de inquestionável interesse social, na medida em que o terreno objeto da doação será destinado à construção de habitações para as famílias que serão remanejadas de áreas onde hoje o governo do Estado realiza projeto de urbanização, na área da Pedra Furada, na área de Alagados, na Baixa do Petróleo, portanto áreas onde é preciso a construção de novas unidades habitacionais para a continuidade das obras de infraestrutura dessa localidade.

O presente projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo poder Executivo.

Sala das comissões, 09 de junho de 2015”.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Em votação o parecer da relatora Maria del Carmen. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa). Aprovado.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.196/2015, que autoriza a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.196/2015

Autoriza a doação de imóvel público ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, para fins de construção de unidades habitacionais de interesse social, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado da Bahia autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR a área de terra medindo 12.085,50m², registrada sob o número de matrícula 20.637 perante o 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Salvador - Bahia, cuja descrição se encontra no Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único - A área de terra descrita no *caput* deste artigo objetiva a construção de unidades habitacionais de interesse social, no âmbito do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”, criado pela Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e regulamentada pelo Decreto Federal 7.499, de 16 de junho de 2011.

Art. 2º - A doação será efetivada após o registro do domínio em favor do Estado da Bahia, obtendo-se a necessária regularização fundiária do imóvel.

Art. 3º - O não cumprimento da finalidade prevista no art. 1º, parágrafo único, desta Lei, no prazo de 03 (três) anos a partir da efetivação da doação ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, importará em reversão automática da área ao patrimônio do Estado da Bahia.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Informo aos Srs. Deputados que a sessão extraordinária convocada fica prejudicada.

Não havendo mais nenhuma matéria constitucional na ordem do dia, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*